

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO
FINANCEIRA PARA A GESTÃO DAS
MICROENTIDADES, NA PERSPETIVA
DOS GESTORES E DOS
CONTABILISTAS CERTIFICADOS.
ESTUDO DE CASO DE EMPRESAS DE
VILA FRANCA DE XIRA.

Ana Lúcia Feliciano

Lisboa, dezembro de 2015

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO
FINANCEIRA PARA A GESTÃO DAS
MICROENTIDADES, NA PERSPETIVA
DOS GESTORES E DOS
CONTABILISTAS CERTIFICADOS.
ESTUDO DE CASO DE EMPRESAS DE
VILA FRANCA DE XIRA.

Ana Lúcia Feliciano

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica da Doutora Paula Gomes dos Santos, Professora Coordenadora, Área de Contabilidade e Auditoria.

Constituição do Júri:

Presidente: Doutor Orlando da Costa Gomes

Arguente: Especialista (Mestre) Hélder Viegas da Silva

Vogal: Doutora Paula Gomes dos Santos

Lisboa, dezembro de 2015

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

Ao meu filho André,
que este trabalho seja um exemplo para ele.

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria possível sem a colaboração de algumas pessoas que merecem o meu forte agradecimento. Nesta tarefa de agradecer existe sempre o receio de esquecer alguém a quem devia ter agradecido e, por lapso não se fez. Mas existe um conjunto de pessoas que é de todo impossível não agradecer.

Primeiro quero agradecer a todas as empresas, aos seus gestores e aos contabilistas certificados pelo tempo e ajuda disponibilizado nas entrevistas realizadas. Quero agradecer em especial à D. Luísa Gomes pela enorme ajuda na obtenção das entrevistas.

Aos meus colegas do ISCAL, por todos os bons momentos aí passados, assim como o apoio e ajuda que me prestaram. Quero agradecer em especial ao Luís Marques e à Ana Gago todo o apoio na fase final para a conclusão deste projeto.

À minha orientadora, a Doutora Paula Gomes dos Santos pelas suas incansáveis orientações e conselhos, pela enorme paciência, e por todo tempo disponibilizado.

À empresa na qual trabalho, nas pessoas de António Loureiro (responsável) e Paulo Buchadas (colega) pelas muitas horas laborais que passei a estudar e trabalhar na realização deste projeto.

Quero ainda agradecer ao Rui, pelo encorajamento e afeto, sempre demonstrados, sendo ele o grande motivador de todo este projeto.

Aos meus pais, Filomena e José, por todo incentivo, dedicação e apoio prestado, sem eles, este projeto não tinha sido possível de concretizar.

Por último, ao meu filho André, por todo o tempo que não passei com ele.

A todos, o meu muito obrigada!

Resumo

As microentidades constituem a grande parte do tecido empresarial português passando muitas vezes despercebidas, umas vezes por serem incluídas na categoria das pequenas e médias empresas (PME), outras por terem uma estrutura tão pequena que não lhes é dada a importância devida.

O presente estudo tem como objetivo geral conhecer a utilidade que a informação financeira tem na tomada de decisão dos gestores das microentidades e como objetivos específicos: 1) identificar os principais utilizadores da informação, 2) conhecer as necessidades de informação para esses gestores, 3) avaliar a correspondência entre as necessidades sentidas pelos gestores e a informação que é produzida e 4) perceber se os gestores têm a percepção da existência de um novo normativo e da sua utilidade. Neste estudo utilizou-se como metodologia de investigação o método de estudo de casos múltiplos, tendo-se entrevistado 10 gestores de microentidades e 6 contabilistas certificados, de modo a responder às questões anteriormente levantadas.

A conclusão a que se chegou é que os gestores consideram a informação financeira importante, utilizam-na e consideram-na suficiente para a sua tomada de decisão. No entanto, nem todos os contabilistas corroboram esta posição dos gestores sendo alguns de opinião que aquela informação não é utilizada pelos gestores das microentidades. Os gestores, por sua vez, não tiveram a percepção da mudança de normativo, considerando que é um assunto do contabilista certificado.

Palavras-chave: Microentidades, utilidade da informação financeira, tomada de decisão, necessidade de informação.

JEL Classification System: M41

Abstract

Microentities are a major part of the portuguese business community and often go unnoticed, once for the inclusion in the category of small and medium enterprises (SMEs), or for having such a small structure, which are not given due importance.

This study has the general objective of getting to know the usefulness of financial information in the decision making of micro-entities managers, and has the following objectives: 1) identify the main users of information, 2) know the information needs for these managers, 3) evaluate the correspondence between the needs felt by managers and the information that is produced, and 4) see if managers have the perception of the new accounting standard. In this study it was used as research methodology the study method of multiple cases, having been interviewed 10 managers of micro and 6 certified accountants in order to answer the questions previously raised.

The conclusion was that the managers believe that the financial information is important, used it in some case management, and consider it enough for the decision making. However the perception on the part of accountants does not corroborate with this managers 'position. The managers, in turn, did not have the perception of changing regulations, considering it is a matter of certified accountant.

Keywords: Microentities, usefulness of financial reporting, decision making, information requirements.

JEL Classification System: M41

Índice

Índice de quadros	xii
Índice de gráficos	xiv
Lista de Siglas e Abreviaturas	xv
1. Introdução	1
1.1. Objeto e objetivos do estudo.....	2
1.2. Questões de investigação	3
1.3. Metodologia do estudo.....	3
1.4. Estrutura do trabalho.....	4
2. Enquadramento teórico.....	7
2.1. A dimensão da empresa.....	7
2.1.1. A problemática da dimensão da empresa	7
2.1.2. As características de uma microentidade	10
2.1.3. A importância de uma microentidade	13
2.2. A informação financeira	15
2.2.1. A contabilidade como sistema de informação	17
2.2.2. Os utilizadores da informação financeira	20
2.2.3. A utilidade de informação financeira.....	22
2.3. A normalização contabilística	26
2.3.1. A problemática da normalização contabilística.....	26
2.3.2. A normalização contabilística em Portugal	29
3. Estudo empírico.....	36
3.1. Metodologia de investigação.....	36
3.1.1. Estudo de caso e obtenção de dados	37
3.1.2. Objetivos do estudo e questões de investigação.....	38
3.2. Análise descritiva do estudo.....	40
3.2.1. Caracterização das entidades intervenientes.....	41
3.2.1.1. <i>Caraterização das microentidades e seus gestores</i>	41
3.2.1.2. <i>Caraterização dos contabilistas certificados</i>	47
3.3. Análise das respostas.....	49

3.3.1. Utilizadores da informação financeira.....	49
3.3.2. Necessidades de informação dos gestores.....	51
3.3.3. Avaliar a correspondência entre as necessidades sentidas e a informação produzida	58
3.3.4. A perceção da mudança de normativo contabilístico ocorrido em 2010.....	64
4. Conclusões.....	66
4.1. Resposta às questões de investigação	66
4.2. Limitações do estudo	72
4.3. Sugestões para possíveis investigações futuras	72
Referências bibliográficas.....	73
Legislação	80
APÊNDICE 1: Guião da entrevista.....	82

Índice de quadros

Quadro 1.1: Estrutura do trabalho	5
Quadro 2.1: Categorias das empresas.....	9
Quadro 2.2: Definição de microentidade	10
Quadro 2.3: Caraterísticas qualitativas da informação financeira	18
Quadro 2.4: Limites de Categorias de Empresa	33
Quadro3.1: Os objetivos e as questões da entrevista	40
Quadro 3.2: Caraterização das empresas	42
Quadro 3.3: Tempo de atividade das entidades.....	43
Quadro 3.4: Faixa etária dos gestores	44
Quadro 3.5: Experiência como gestores.....	45
Quadro3.6: Entidade e gestor.....	47
Quadro 3.7: Faixa etária dos gestores	48
Quadro 3.8: Microentidades por contabilista.....	48
Quadro 3.9: Utilizadores da informação financeira na perspetiva dos gestores.....	50
Quadro 3.10: Utilizadores da informação da informação financeira na perspetiva do contabilista	50
Quadro 3.11: A importância da informação financeira na perspetiva do gestor.....	52
Quadro 3.12: A utilização da informação financeira pelo gestor na tomada de decisão na perspetiva do gestor	53
Quadro 3.13: A importância da informação financeira para a gestão na perspetiva do contabilista	54
Quadro 3.14: A utilidade da informação financeira na tomada de decisão pelo gestor na perspetiva do contabilista.....	55
Quadro 3.15: A necessidade da Demonstração de Fluxos de Caixa, na perspetiva do gestor.....	57
Quadro 3.16: A necessidade da Demonstração de Fluxos de Caixa para o gestor na perspetiva do contabilista.....	57
Quadro 3.17: A correspondência na informação financeira recebida pelo gestor	59
Quadro 3.18: A correspondência na informação financeira recebida pelo gestor, na perspetiva do contabilista.....	59

Quadro 3.19: A importância das demonstrações financeiras atribuídas pelo gestor	61
Quadro 3.20: A importância das demonstrações financeiras atribuídas pelo gestor na perspectiva do contabilista	62
Quadro 3.21: Percepção tida pelo gestor na mudança de normativo contábilístico em 2010 e sua utilidade	64
Quadro 3.22: Percepção tida pelo gestor na mudança de normativo contábilístico em 2010 e sua utilidade, na perspectiva do contabilista	65

Índice de gráficos

Gráfico 2.1: Dimensão das Empresas em Portugal 2013	14
Gráfico 3.1: Habilitações literárias do gestor	45

Lista de Siglas e Abreviaturas

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants

BES – Banco Espírito Santo

CC – Contabilista Certificado

CE – Comissão Europeia

CLC – Certificação Legal de Contas

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DF's – Demonstrações Financeiras

DGCI – Direção Geral de Contribuições e Impostos

EC – Estrutura Concetual

EFAA - European Federation of Accountants and Auditors for Small and Medium Sized Entities

EM – Estados Membros

EUA – Estados Unidos da América

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IASB – International Accounting Standards Board

IFAC – International Federation of Accountants

IFRS for SMEs – International Financial Reporting Standard for Small and Medium-Sized Entities

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

NCM – Normalização Contabilística para as Microentidades

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NCRF – PE – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

PME – Pequenas e Médias Empresas

POC – Plano Oficial de Contabilidade

PYME - Pequeñas y medias empresas

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

1. Introdução

Nos tempos atuais, com as constantes e sucessivas mudanças, a informação tornou-se um elemento fundamental, principalmente quando se está num ambiente empresarial. A informação é um meio indispensável para a tomada de decisão e a qualidade das decisões tomadas pelos proprietários/gestores está subjacente à qualidade da informação obtida (Serrasqueiro e Nunes, 2004).

A importância da informação financeira começa a ser mais significativa a partir da década de sessenta, com as grandes mudanças na contabilidade e conseqüente surgimento do paradigma da utilidade, orientando o conteúdo dos documentos para as necessidades dos utilizadores da informação e transformando o fornecimento de informação no apoio à tomada de decisão, passando esta a ser a principal função da contabilidade (Túa 1997 *apud* Alves, 2007)¹.

No cenário de profunda mudança e atendendo à globalização, a necessidade de informação é uma constante, adquirindo uma importância crescente (Nunes, 2013). Existindo vários tipos de empresas com dimensões distintas e necessidades diferentes de informação. No manual de estatística explicado sobre negócios e comércio do *Eurostat* (2013), refere-se que as pequenas e médias empresas (PME) são a espinha dorsal da economia europeia, constituindo uma fonte de potencial emprego e de crescimento económico. No entanto, os estudos sobre este tipo de empresas são quase inexistentes, havendo por partes destas pouca divulgação de informação. Rosa (2013) refere que esta falta de estudos poderá ser consequência da dificuldade da própria definição, uma vez que não tem sido constante.

A harmonização contabilística iniciada em 2005, com a aplicação das normas internacionais de contabilidade às empresas cotadas, levantou vários problemas relativamente à sua aplicação generalizada às empresas de menor dimensão. Na entrevista dada à, então, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) pelo presidente da *European Federation of Accountants and Auditors for SMEs (EFAA)*, Bodo Richardt afirma que «[é] verdade que as PME e as grandes empresas não operam na mesma escala e são, em essência, diferentes. Dadas estas disparidades óbvias, a opção por um tratamento contabilístico mais simples para as PME é lógico» (Richardt, 2015: 8).

¹ TÚA PEREDA, J. (1997) – Lecturas de Teoría e Investigación Contable, Centro Interamericano Jurídico-Financeira CIJUF, Medellín, Colombia.

Se existem disparidades entre as grandes empresas e as PME, essas diferenças ainda são mais relevantes quando estamos perante uma microentidade, sendo muitas vezes ignoradas por estarem contidas na classificação de PME. A razão pela qual se tomou como opção delimitar este estudo às microentidades tem por base o seu enorme peso na sociedade e na economia. Em 2012, as PME representavam 99,8% das empresas da união europeia (EU-27) e as microentidades 92,1% (Dirección General de Industria y de la PYME, 2014). Em Portugal, tendo como referência 2013, as microentidades representavam 96,2% das empresas portuguesas não financeiras, tendo ao seu serviço 47,0% dos trabalhadores (INE, 2015).

1.1. Objeto e objetivos do estudo

Não se conhecem muitos estudos sobre a utilidade da informação financeira (Alves, 2007) e, muito menos, ao nível das microentidades. Esta situação poderá resultar de elas serem frequentemente, agregadas às PME (IFAC, 2006). Assim, o presente trabalho tem como objeto de estudo as microentidades.

Nestas entidades, a estrutura organizacional é muito pequena, uma vez que não possuem mais que 10 funcionários. A estrutura é tão pequena que, a contabilidade é, normalmente, feita externamente (Santos, 2009; Silva, Miranda, Freire e Anjos, 2010), e o gestor é o próprio proprietário (Ang, 1991; Pontes, 2013). Neste contexto, pretende-se conhecer a perceção dos gestores das microentidades quanto à utilidade da informação financeira para a tomada de decisão.

Dada a alteração, do normativo contabilístico ocorrida em 2010, com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) pretende-se, ainda, com o presente estudo verificar de que modo os gestores sentiram a alteração das normas contabilísticas do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para este novo normativo, no qual se insere o regime das microentidades, a Normalização Contabilística para as Microentidades (NCM). Assim, também a implementação do NCM fundamenta este estudo pois pretende-se procurar evidências sobre se a alteração de normativo contabilístico foi sentida como sendo útil pelos gestores.

O presente estudo pretende responder à seguinte questão de investigação: “Qual é a utilidade da informação financeira para a gestão das microentidades?”

Neste contexto, considera-se importante estudar os fatores que influenciam os gestores na tomada de decisão. De modo a responder à questão de investigação é necessário traçar

objetivos específicos e que irão levar ao estudo do caso em concreto (Hill e Hill, 2009). Assim, no presente estudo estabeleceram-se os seguintes objetivos:

Objetivo 1: Identificar os principais utilizadores da informação financeira reportada pelas microentidades.

Objetivo 2: Conhecer as necessidades de informação para os gestores das microentidades.

Objetivo 3: Avaliar a correspondência entre as necessidades sentidas pelos gestores das microentidades e a informação que é produzida.

Objetivo 4: Perceber qual é a utilidade percecionada pelos gestores das microentidades quanto à utilização do novo normativo.

1.2. Questões de investigação

Como já referido, a questão de investigação que norteou o presente estudo é a seguinte: “Qual é a utilidade da informação financeira para a gestão das microentidades?”

Para responder àquela questão, considerou-se necessário identificar as seguintes perguntas derivadas:

1. Quais são os principais utilizadores da informação financeira das microentidades?
2. Quais são as necessidades de informação sentidas pelos gestores das microentidades?
3. A informação que é produzida pelas microentidades satisfaz as necessidades dos seus gestores?
4. A utilização do NCM é percecionada pelos gestores das microentidades como sendo mais útil que o anterior normativo?

Salienta-se que cada uma destas questões será analisada na perspetiva dos gestores das microentidades e na perspetiva dos contabilistas certificados das microentidades de modo a concluir se existirão diferenças entre as duas visões.

1.3. Metodologia do estudo

Neste estudo, a população alvo são os gestores das microentidades, representando estas entidades 96,2% das empresas portuguesas (INE, 2015). Com uma população desta dimensão, torna-se difícil abranger a totalidade ou até mesmo uma amostra representativa deste universo.

Também o tempo limitado para a realização deste estudo, foi uma condicionante à sua realização de forma mais abrangente. Pelos motivos apontados, a metodologia a utilizar será um estudo de caso, que se pretende como exploratório, a um conjunto de gestores e de contabilistas certificados de microentidades do concelho de Vila Franca de Xira.

A escolha deste concelho deveu-se a questões meramente operacionais, tornando-se mais fácil a recolha de informação.

A definição das questões de investigação e dos objetivos do trabalho assentou na revisão da literatura que pretende apresentar o “estado da arte”. De facto, em qualquer trabalho científico é necessário proceder-se a uma pesquisa bibliográfica, quer para se obter os últimos trabalhos sobre o tema, quer para se efetuar a revisão da literatura, tendo as pesquisas efetuadas incidido sobre monografias e parte de monografias, mas sobretudo sobre artigos científicos, nomeadamente, dissertações, teses e, trabalhos para congressos. Foi, igualmente, necessária a consulta de legislação e outros documentos emanados de organizações nacionais e internacionais.

Após a revisão da literatura, apresenta-se um estudo empírico sobre as microentidades, através de um estudo de casos múltiplos.

1.4. Estrutura do trabalho

O presente trabalho divide-se em 4 partes, como se pode verificar no Quadro 1.1 onde se apresenta a estrutura da dissertação.

Quadro 1.1: Estrutura do trabalho

A Utilidade da Informação Financeira para a Gestão das Microentidades	
Capítulo 1. Introdução	1.1 Objeto e objetivos do estudo
	1.2 Questões de investigação
	1.3 Metodologia do estudo
	1.4 Estrutura do trabalho
Capítulo 2. Enquadramento teórico	2.1 A dimensão da empresa
	2.2 A informação financeira
	2.3 A normalização contabilística
Capítulo 3. Estudo empírico	3.1 Metodologia da investigação
	3.2 Análise descritiva do estudo
Capítulo 4. Conclusões	4.1 Resposta às questões de investigação
	4.2 Limitações do estudo
	4.3 Sugestões para possíveis investigações futuras

A primeira parte, Introdução, faz uma breve introdução ao tema e à problemática que se pretende estudar, identificando-se o objeto, os objetivos, as questões de investigação e a sua estrutura.

Na segunda parte, dedicada à revisão da literatura, efetua-se um enquadramento teórico das questões abordadas, sendo dividida em três grupos: a dimensão da empresa, a informação financeira e a normalização contabilística. Assim ir-se-á debater a problemática subjacente à determinação da dimensão da empresa e à caracterização de uma microentidade, definir a dimensão de uma microentidades, salientar a importância deste tipo de entidades, determinar quem são os utilizadores da informação financeira e que utilidade tem a informação financeira. Por último, faz-se uma breve resenha das dificuldades à normalização contabilística e à normalização contabilística em Portugal.

A terceira parte dedica-se ao estudo empírico, determinando-se e fundamentando-se a metodologia a aplicar. O estudo vai ter por metodologia o estudo de casos múltiplos, de onde se define os casos, a sua caracterização e respetiva recolha dos dados.

Por fim, a quarta parte é destinada à apresentação das conclusões do estudo, suas limitações e ainda as sugestões para futuras investigações.

2. Enquadramento teórico

Neste capítulo ir-se-ão desenvolver os vários conceitos necessários ao estudo, levantando as problemáticas subjacentes aos respetivos conceitos. Existem três conceitos base importantes ao estudo que importa desenvolver: a entidade, a informação e a normalização contabilística.

2.1. A dimensão da empresa

As empresas possuem várias dimensões, umas são maiores, outras mais pequenas. De uma forma geral, podemos dividir as empresas em grandes, médias, pequenas e microempresas. Esta divisão tem por suporte diversos critérios, que poderão ser critérios quantitativos como o número de trabalhadores, o valor do ativo, ou o volume de negócios, ou critérios qualitativos, relacionados com as características da empresa, como sendo a sua organização e administração (Couto, 2012; IFAC, 2006)

Couto (2012) afirma que existem definições que consideram exclusivamente critérios quantitativos ou critérios qualitativos, mas também existem aqueles que combinam ambos os critérios. A aplicação de critérios quantitativos de forma generalizada é explicada por serem de fácil obtenção e também por facilitarem a análise comparativa (Kassai *et al.*, 1999 *apud* Couto, 2012)².

2.1.1. A problemática da dimensão da empresa

A questão da dimensão de uma empresa não é uma questão que gere consenso a nível internacional, uma vez que diversos organismos internacionais adotam critérios diferentes (Ang, 1991; Pontes, 2013), não existindo consenso de qual o melhor critério a aplicar. A *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD, 2000) afirma mesmo que não existe uma definição universalmente aceite, pois segundo a Organização Internacional do Trabalho nenhuma definição consegue captar todas as dimensões de pequenas e médias empresas, uma vez que existe uma diversidade de empresas que pertencem aos mais variados setores e estão em vários países com níveis de desenvolvimento diferentes. A maioria das definições

² KASSAI, S.; SANTOS, A.; KASSAI, J. (1999) Gestão Contábil-financeira em empresas de pequeno porte. Paper presented at the VI Congresso de Custos, Universidade do Minho.

existentes é baseada no número de pessoas ao serviço, valor do balanço total, ou volume de negócios anual. No entanto, a UNCTAD (2000) considera este tipo de critério subjetivo, pois pode variar de país para país, dependendo do seu tamanho e do seu desenvolvimento. Para os Estados Unidos da América uma empresa com um determinado volume de negócios anual pode ser considerada como uma microentidade, mas para uma empresa situada, por exemplo, em Portugal, já poderia ser considerada uma PME. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), 95% das pequenas ou médias empresas empregam menos de 100 trabalhadores. Mesmo as definições baseadas no número de empregados estão sujeitas aos mesmos problemas contextuais - uma empresa com 100 trabalhadores não é considerada muito grande na Suíça, mas em países em desenvolvimento existem poucas empresas que tenham mais que 100 funcionários (UNCTAD, 2000).

Esta problemática da dimensão leva Rosa (2013) a referir:

A título de exemplo, nos Estados Unidos da América, [...] são PME: na área dos grossistas, as empresas que têm no máximo 100 trabalhadores; na indústria, as empresas que têm menos de 1500 trabalhadores; no retalho, as empresas que têm um volume de negócios inferior a 5 milhões de dólares; nos serviços, as empresas que tenham um volume de negócios inferior a 21,5 milhões de dólares.

Verifica-se, deste modo, que num país de maior dimensão, não existe uma uniformização no critério, uma vez que se atende ao setor de atividade económica em que a empresa atua.

Também Couto (2012) afirma que a falta de consenso no conceito de PME implica a existência de vários conceitos nos diversos países. O conceito de PME terá necessariamente de ser diferente de país para país, visto que depende de fatores como a cultura, a dimensão do país, o nível de desenvolvimento e a integração internacional (Pontes, 2013).

No entanto, o critério quantitativo por ser mais objetivo e até inequívoco (Oliveira, 2010), é aquele que gera maior consenso, sendo geralmente utilizado o número de pessoas ao serviço, o total de ativos ou/e volume de negócios anual (IFAC, 2006; Couto, 2012; Rosa, 2013).

Por ser de mais fácil aplicabilidade, a utilização dos critérios quantitativos, que são muito mais objetivos, abrangem uma vasta panóplia de empresas de todos os setores de atividade, e com as mais variadas características. Uma vez que o único fator de união são esses critérios objetivos, torna-se necessário evidenciar outras características organizacionais (Rosa, 2013).

Cada vez mais, tende-se a utilizar os critérios qualitativos, uma vez que os critérios quantitativos podem ser viciados, como por exemplo o número de trabalhadores que pode não ser claro ou ser distorcido, podendo haver trabalhadores ocasionais ou a utilização de *outsourcing*, que é uma prática cada vez mais utilizada, e que pode influenciar bastante este indicador (IFAC, 2006). Este organismo considera que uma abordagem sob o ponto de vista da propriedade e da estrutura organizacional poderá ser muito mais útil, ficando, no entanto, à responsabilidade de cada país desenvolver as medidas quantitativas mais adequadas e outras de caráter qualitativo que melhor representem um grupo de entidades.

Apesar de todas estas questões, e no sentido de contextualizar as empresas, Laureano e Pontes (2014) apresentam a divisão das empresas fazendo a distinção entre cotadas e não cotadas, e em relação à dimensão, com dimensão elevada e com dimensão reduzida, como se pode ver no Quadro 2.1:

Quadro 2.1: Categorias das empresas

Cotada	Cotada PME		Grande Cotada
	Micro	Não cotada PME	Não Cotada Grande
Admissão à cotação			
Não Cotada			
	Reduzida	Dimensão	Elevada

Fonte: Laureano e Pontes (2014: 12)

No Quadro 2.1 é possível visualizar-se que as microentidades são parte integrante das PME, sendo as entidades de menor dimensão.

Toda esta problemática é de extrema complexidade. Veja-se, por exemplo, que em Portugal não existe um conceito único de microentidade. O Instituto de Apoio à Pequena e Média Empresa e à Inovação (IAPMEI) utiliza uma definição, de acordo com a Recomendação n.º 2003/361/CE de 6 de Maio de 2003 e com o Decreto-Lei n.º 372/2007 de 6 de Novembro de 2007. Para efeitos de aplicação do referencial contabilístico é utilizada outra definição. Assim, para o IAPMEI considera-se microentidade a entidade que tenha menos de 10 funcionários e

um volume de negócios ou total de Balanço igual ou inferior a dois milhões de euros. No entanto, para efeitos de aplicação do modelo de normalização contabilística, e segundo o artigo 2º da Lei n.º 35/2010 de 3 de setembro, considera-se microentidade a entidade que à data do Balanço não ultrapasse dois dos três limites: total do balanço de € 500.000, volume de negócios líquido de € 500.000 e número médio de empregados (durante o período) de cinco.

Os limites referidos anteriormente são apresentados no Quadro 2.2, sendo claro que não se encontram harmonizados.

Quadro 2.2: Definição de microentidade

	IAPMEI	Lei n.º 35/2010, de 3 de setembro
Total do balanço	=< 2.000.000 €	=< 500.000 €
Volume de negócios líquido	=< 2.000.000 €	=< 500.000 €
Número médio de empregados	10	5

2.1.2. As características de uma microentidade

Sendo a literatura existente sobre microentidades bastante reduzida, tomou-se por base para se poder caracterizar este tipo de entidades alguma literatura sobre PME.

As PME possuem características próprias que as definem como entidade. Uma das características, que mais se salienta nas PME, em especial nas microentidades, é a propriedade e gestão estarem centradas na mesma pessoa (Ang, 1991; Moreira, 2010; Pontes, 2013), sendo por vezes a extensão do empreendedor (Oliveira, 2010). Deste modo, existe, apenas uma única pessoa na qualidade de investidor, proprietário e gestor (Collis e Jarvis, 2000).

A criação de uma PME é, normalmente, iniciativa de uma pessoa ou de uma família, traduzindo a sua atividade, essencialmente, nas características do seu proprietário que, em regra, como já foi referido, é o seu gestor (Ang, 1991; Moreira, 2010; Oliveira, 2010; Rosa, 2013; Pontes, 2013).

Mesmo nos casos em que o capital social de uma PME tem vários proprietários, assumindo todos ou não as funções de gestão, é usual existir uma proximidade familiar ou de amizade, o que é lógico visto ter que haver confiança entre as partes. Até mesmo o facto de existir um número reduzido de pessoas envolvidas é favorável a uma maior proximidade entre a propriedade e a gestão da empresa. Estas empresas apresentam, ainda, como característica um

alto nível de empregabilidade (Couto, 2012), principalmente de elementos da família (Guerreiro, 1994 *apud* Rosa, 2013)³.

Rosa (2013: 15) chega mesmo a afirmar que:

O facto de a propriedade e a gestão pertencerem à mesma pessoa, ou a simples proximidade destas duas figuras, pode conduzir a que, em muitos aspetos, a vida da empresa se confunda com a vida do proprietário, existindo assim uma cumplicidade entre a esfera pessoal e a esfera empresarial, entre o património pessoal e o património empresarial, numa simbiose empresa empresário.

O proprietário/gestor é possuidor de um espírito de risco, com capacidade, iniciativa e criatividade, assim como uma forte motivação para o negócio (Rosa, 2013), talvez porque o investimento no negócio é feito através da riqueza pessoal (Ang, 1991).

Nestas entidades é atribuído pouco valor económico à informação (Rosa, 2013), e o seu tratamento é pouco sistemático e organizado (Oliveira, 2010), podendo os resultados serem influenciados pelo proprietário/gestor (Moreira, 2010; Rosa, 2013).

As microentidades apresentam uma estrutura informal e pouco estruturada, com recursos limitados e com muitas dificuldades de obtenção de financiamento (Couto, 2012; Rosa, 2013), havendo uma visão de negócio de curto prazo (Oliveira, 2010). Os financiamentos para serem obtidos têm por base a riqueza pessoal do proprietário/gestor, a qual serve de garantia, em vez das demonstrações financeiras da entidade, onde se reflete o património da entidade. São entidades com recursos limitados, sejam eles humanos, financeiros ou até organizacionais, à informação não é dado valor económico, não se investindo nesta área o que seria desejável para que o processo de seleção, recolha e tratamento de informação seja o mais adequado para a tomada de decisão (*ibid.*).

A estrutura de uma microentidade, por ser simples e reduzida, leva-nos a outra característica que é a sua falta de capacidade de obtenção de capital externo (alheio), principalmente na fase da sua criação, levando-as a iniciarem a sua atividade subcapitalizadas (Serrasqueiro, 2003). Efetivamente, um dos problemas comuns nestas entidades é o facto de o seu capital ter por base, normalmente, um património pessoal familiar (Costa, 2010; Couto, 2012; Fernandes,

³ GUERREIRO, Maria das Dores (1994) Famílias na Actividade Empresarial: Empresas Familiares em Portugal. Tese de Douramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade Técnica de Lisboa.

2012; Rosa, 2013 e Pontes, 2013). Sempre que têm necessidade de capital, os gestores preferem ficar dependentes de capital alheio, mesmo que isso implique dar como garantia o património pessoal, do que alterar a estrutura do capital próprio, procurando novos sócios, mantendo deste modo a estrutura do capital próprio inalterado (Serrasqueiro, 2003).

A grande maioria das microentidades é criada pelo empreendedor com o objetivo de criar o seu próprio trabalho empregando no início, no máximo, mais uma ou duas pessoas, que normalmente são familiares ou amigos. Por outro lado, este tipo de entidade de base familiar pode conduzir a uma gestão pouco profissional, havendo frequentemente proteção parentesca, sendo os cargos ocupados por pessoas sem as competências adequadas, não possuindo deste modo, a gestão que precisam (Drucker, 1981 *apud* Costa, 2010)⁴.

Se por um lado, as microentidades se encontram mais expostas às dinâmicas, mudanças e competitividade dos mercados, estando a sua gestão condicionada por determinadas variáveis que nem sempre dependem da vontade própria do seu gestor (Costa, 2010), por outro lado, essa dimensão reduzida permite-lhes serem mais flexíveis e com maior capacidade de reagir às mudanças, tornando-as mais ágeis e adaptáveis às mudanças da conjuntura económica (Costa, 2010; Oliveira, 2010), podendo ser uma boa ajuda na recuperação das economias (Couto, 2012).

Com foi referido anteriormente, instituições como a *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*, *International Federation of Accountants (IFAC)* ou *International Accounting Standards Board (IASB)*, definem microentidade utilizando fatores qualitativos referindo que uma microentidade é, normalmente, uma pequena entidade com transações simples e que (IFAC, 2006; AICPA, 2013; IASB 2013):

- o proprietário e gestor são a mesma pessoa;
- tem poucos funcionários;
- não tem intenção de pôr títulos em mercados organizados;
- não tem operações complicadas, nem efetuam transações significativas com o estrangeiro; e
- o financiamento faz-se através das garantias pessoais do proprietário/gestor e não apenas com base nas demonstrações financeiras da entidade.

⁴ DRUCKER, P. F. (1981). *Prática de Administração de Empresas*. São Paulo: Editora Pioneira, São Paulo.

Por sua vez a UNCTAD, no seu estudo sobre a necessidade de contabilidade nas pequenas e médias empresas, define microentidade como um negócio com uma a cinco pessoas (muitas vezes, apenas com um único comerciante), apresenta uma forma simples, em que as suas operações são referentes, normalmente, a um único produto, serviço ou tipo de operações, a contabilidade é básica, servindo apenas para determinar o volume de negócios, para um controlo de despesas e determinação do lucro, assim como responder às exigências fiscais, sendo pouco provável que estas entidades tenham operações de crédito extensas (UNCTAD, 2000). A maioria das vezes a contabilidade é feita externamente (Santos, 2009; Silva *et al*, 2010) por não possuírem a capacidade de terem uma pessoa afeta a esses serviços.

Com a União Europeia (UE) e o conseqüente crescimento da globalização dos mercados, sentiu-se necessidade de definir a nível europeu as dimensões das empresas. Assim, em 2003 a Comissão Europeia (CE) procedeu à atualização da definição de micro, pequenas e médias empresas, através da Recomendação 2003/361/CE, sendo uma microentidade definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Esta é a definição de microentidades em termos económicos, tendo sido adotada pelo IAPMEI.

2.1.3. A importância de uma microentidade

Independentemente da definição ou perspetiva utilizada para definir as empresas de menor dimensão, importa realçar que o setor das Pequenas e Médias Empresas (PME) desempenha um papel fundamental na economia nacional, sendo uma força motriz do desenvolvimento económico e da competitividade (Couto, 2012), até a nível europeu. As PME são o motor da economia europeia e representam a maioria do crescimento económico. Na União Europeia, as PME representavam em 2012, 99,8% do total das empresas e empregavam 66% do total de emprego em 2013.

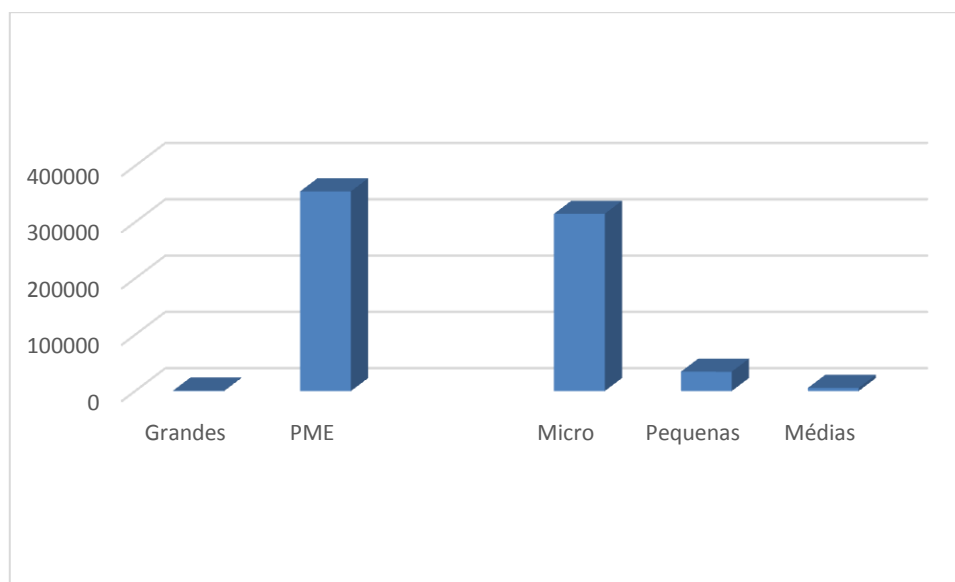
No estudo efetuado por Persson e Scops (2012) sobre microentidades, refere-se que na Suécia estas entidades têm um peso significativo, uma vez que representam 97% das empresas. Couto (2012), no seu estudo sobre o Normativo Contabilístico para Pequenas e Microentidades, reportado ao ano de 2008, apresenta como dados oficiais que 99,7% do tecido empresarial português são PME, representando 72,5% do emprego e 57,9% do volume de negócios nacional, sendo as micro e pequenas empresas 97,7% do tecido empresarial, gerando 53% de emprego e 36,3% de volume de negócios nacional, indo deste modo ao encontro dos números

européus apresentados pelo *European Commission and Industry* (Couto, 2012) nos quais 99% das empresas europeias são microentidades com menos de 10 empregados.

Em Espanha, o retrato das *Pequeñas y medias empresas* (PYME) efetuado pela *Subdirección General de Apoyo a la PYME* refere que, em 2013, as PME representam 62,8% dos empregos no total dos trabalhadores, e as microentidades representam 30,2%. Efetuam ainda uma comparação com dados da União Europeia (UE 27), em que as PME empregam 66,6% dos trabalhadores totais enquanto as microentidades empregam, por sua vez, 28,8%, ou seja quase um terço do emprego total. De referir que neste estudo são consideradas microentidades, as empresas que têm até nove trabalhadores.

No que toca a Portugal e reportando ao ano de 2013 a situação não é diferente, uma vez que o tecido empresarial português não financeiro é constituído em 99,9% por micro, pequenas e médias empresas (PME), sendo as microentidades 96,2% do total de empresas (INE, 2015). Deste modo, as microentidades representam cerca de 47,0% dos trabalhadores e cerca de 19,0% de volume de negócios. Se nos centrarmos apenas ao nível das sociedades, este número decresce um pouco, no entanto continua a ser significativo, uma vez que as microentidades representam 88,5% das sociedades não financeiras portuguesas como se representa no Gráfico 2.1.

Gráfico 2.1: Dimensão das Empresas em Portugal 2013



Fonte: Empresas em Portugal 2013 (INE, 2015)

Deste modo, as microentidades representam cerca de 47,0% dos trabalhadores e cerca de 19,0% de volume de negócios. Pelas razões enunciadas, torna-se relevante e fundamental a existência das microentidades para o desenvolvimento económico do país.

A sua importância está aliada ao facto da sua origem provir do empreendedor querer criar o seu próprio trabalho, que além de ser uma forma de criação de emprego, acaba por criar muitas vezes valor económico. No entanto, estas entidades acabam por não ser individualizadas sendo englobadas nas PME, conforme estudo de Serrasqueiro (2003), Cardoso (2012), Rosa (2013), e Laureano e Pontes (2014).

2.2. A informação financeira

Viver é tomar decisões. Em cada dia que vivemos, temos que fazer face a novos desafios, resultando em novas escolhas e opções. O facto de não se tomar decisões não é solução. O simples facto de não decidir é uma decisão. Expressões como “informação é poder” e que “a informação é o ativo mais valioso numa organização” fazem parte da sabedoria popular, estando associado ao provérbio “Quem tem a informação, tem poder”.

Drucker (1993 *apud* Alves, 2003)⁵ refere que os principais recursos produtores de riqueza, eram o trabalho, a terra e o capital mas, atualmente, passaram a ser a informação e o saber.

Num ambiente empresarial, e atendendo à globalização, às mudanças e às alterações cada vez mais frequentes, existe uma maior e constante necessidade de informação e, como tal, os sistemas de informação adquirem uma importância vital (Nunes, 2013). Numa empresa, a todo o instante existem decisões a serem tomadas e, para que essa tomada de decisão seja efetuada de modo consciente, o gestor tem que ter toda a informação que conseguir obter. Um dos principais meios de informação é a contabilidade, sendo esta fundamental na tomada de decisão (Alves, 2003; Nunes, 2013; Rosa, 2013).

Consequentemente, a informação que pretendemos neste tipo de ambiente ultrapassa, e muito, a vulgar informação com que nos deparamos no dia-a-dia. Nestas circunstâncias, é fácil entender que a informação assume outra dimensão e terá de ser de cariz económico e financeiro, a maior parte dela obtida a partir dos registos contabilísticos. Face aos valores e aos

⁵ DRUCKER, P. F. (1993) – Post Capitalist Society, Tradução para português de M. F. Jesuíno, Difusão Cultural, Lisboa.

riscos envolvidos nas operações empresariais, facilmente se percebe que tal informação tem de ser credível. Porém, a validade dessa informação depende da credibilidade da fonte (Pinheiro e Lopes, 2012) e da capacidade para verificar a sua exatidão. Independentemente da decisão a tomar, o que se pretende é uma informação oportuna, relevante e fiável para se poder decidir.

Para melhor atingir o seu objetivo, a informação financeira deve ser compreensível para aqueles que a querem analisar, distinguindo recursos económicos eficientes, demonstrando os resultados do exercício da gestão da entidade, e a responsabilidade desta sobre os recursos que lhe foram colocados à disposição para essa gestão (António, 2012). Assim, para a tomada de decisão torna-se imprescindível que a informação financeira prestada seja credível e comparável.

A informação financeira é, assim, um instrumento destinado a satisfazer as necessidades informativas daqueles agentes interessados na situação económico-financeira e patrimonial da empresa (Gabás, Moneva, Bellostas e Jarne, 1996).

Em todas as situações, as decisões serão influenciadas pela informação disponível. Poder-se-á, assim, afirmar que a informação influencia as decisões. Então, a tempestividade, a relevância e a fiabilidade dessa informação é essencial para a melhor tomada de decisão.

Mas nem toda a informação se pode considerar útil, a informação para ser útil tem que responder às necessidades dos seus utilizadores, devendo para tal ser oportuna e adequada, por forma a reduzir o grau de incerteza nas decisões a tomar (Rosa, 2013).

Também a qualidade da informação financeira é um facto importante na tomada de decisão, não existindo, no entanto, uma definição clara do que é a qualidade da informação contabilística, se é que tal poderia existir (Pinheiro e Lopes, 2012).

A informação é de tal forma importante que, na Conferência da *European Federation of Accountants and Auditors for SMEs* (EFAA) realizada em junho de 2015 em Lisboa, Bodo Richard afirma: «[o]s governos europeus deveriam ajudar mais as PME na pesquisa e busca de informação. Esta é uma das grandes questões que não podemos esquecer» (Richard, 2015b: 12). Nesta mesma conferência e a fortalecer esta ideia, John Hooper, responsável pelas relações internacionais do *Financial Reporting Council* do Reino Unido, afirma que uma das poucas armas das PME é terem um boa informação financeira para se defenderem das intempéries que se avizinham (Hooper, 2015).

2.2.1. A contabilidade como sistema de informação

A contabilidade é por excelência um sistema de informação (Alves, 2003). A contabilidade é o suporte da informação financeira da empresa, devendo fornecer informação para os vários utilizadores, competindo à contabilidade satisfazer as necessidades de informação financeira dos seus utilizadores.

A contabilidade é obtida pelo processo de recolha, análise, registo e interpretação das relações e movimentos efetuados na empresa. Com esta informação é possível, entre outros objetivos, elaborar as demonstrações financeiras (DF's), determinar o custo dos produtos e dos serviços, apurar os impostos a pagar, avaliar o desempenho dos sistemas de gestão ambiental e de qualidade, proceder a auditorias e preparar orçamentos (Nunes, 2013).

A informação financeira obtida através da contabilidade tem como objetivo proporcionar elementos sobre a posição financeira de uma entidade e sobre as alterações desta, assim como sobre os resultados das operações, a vários utilizadores como o estado, investidores, credores e o público em geral. A informação financeira deve oferecer todos os elementos necessários aos seus utilizadores para que estes possam tomar as suas decisões referentes à aplicação dos recursos disponíveis, permitindo assim prever da melhor forma possível a situação futura da empresa (António, 2012).

A contabilidade assume, deste modo, um papel fundamental no desempenho de qualquer negócio. Mesmo na sua forma mais básica, a contabilidade é necessária para manter o empresário informado acerca da forma como está a ser conduzido o seu negócio, dando informações como quanto tem sido vendido, quais são os gastos, quais as atividades que são rentáveis ou se os preços de venda deixam uma margem adequada em relação ao gasto. A contabilidade é, ainda, fundamental na gestão das relações com o mundo exterior, uma vez que regista as dívidas da empresa e para com a empresa, como é o caso dos fornecedores, dos clientes, financiadores, assim como autoridades fiscais (UNCTAD, 2000).

Para que a contabilidade possa corresponder às expectativas dos seus utilizadores deverá ter por base determinadas características que, de acordo com a Estrutura Conceptual (EC) do Sistema Normalização Contabilística (SNC) aprovada através do Aviso n.º 15652/2009 de 7 de setembro, se podem dividir em principais e outras características associadas, conforme apresentado no Quadro 2.3, de forma a dar uma imagem verdadeira e apropriada da empresa.

Quadro 2.3: Características qualitativas da informação financeira

Caraterísticas Principais	Outras Caraterísticas
Compreensibilidade: presume-se que os utilizadores possuam um razoável conhecimento das atividades empresariais e económicas e da contabilidade.	
Relevância: a informação é relevante quando influencia as decisões económicas dos utilizadores.	Materialidade: a informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas dos utilizadores.
Fiabilidade: a informação tem que ser isenta de erros materiais e de preconceitos.	Substância sobre a forma: as transações e outros acontecimentos têm que ser contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade económica e não meramente com a sua forma legal.
	Neutralidade: a informação tem que ser livre de preconceitos, não tem que ter um resultado ou efeito predeterminado.
	Prudência: é a inclusão de um grau de precaução no exercício dos juízos necessários ao fazer as estimativas necessárias em condições de incerteza, de forma que os ativos e/ou rendimentos não sejam sobreavaliados e os passivos e/ou gastos não sejam subavaliados.
Plenitude: a informação deve ser completa dentro dos limites de materialidade e de custo.	
Comparabilidade: os utilizadores devem conseguir comparar as informações da entidade ao longo do tempo e até com outras entidades, a fim de poderem medir o desempenho e as alterações na posição financeira. No entanto, não é apropriado que uma entidade não altere as suas políticas contabilísticas, por causa da comparabilidade, deverá fazê-lo se existirem alternativas mais relevantes e fiáveis.	

Fonte: Adaptado do Aviso n.º 15652/2009 de 7 de setembro.

No entanto, a informação poderá conter mais determinadas características do que outras, por exemplo, no que respeita ao binómio relevância – fiabilidade, por vezes para se ter uma informação mais relevante, esta poderá não ser cem por cento fiável, não sendo, por vezes possível, satisfazer todas as características que a informação deverá possuir (Grenha, Cravo, Baptista e Pontes, 2009).

Apesar da informação contabilística ter que possuir estas características, a informação não é só por si relevante, terá que ser enquadrada, ou seja «a informação pode ser relevante em determinado momento, e noutro não, pode ser relevante para uma decisão, e para outra não, pode ser relevante para um decisor, e para outro não» (Alves, 2003: 362).

A contabilidade, ao produzir demonstrações financeiras com o intuito de prestar informação, pretende para além de proporcionar informação útil aos utilizadores, ser capaz de dar informação que permita avaliar a capacidade da empresa para gerar dinheiro e equivalentes de dinheiro e da tempestividade e certeza da sua geração e ainda dar informação sobre os recursos económicos controlados pela empresa, estrutura financeira, liquidez e solvência (Martins e Silva, 2011).

Conforme já referido, as demonstrações financeiras de uma empresa devem proporcionar informação acerca da sua posição financeira, do seu desempenho assim como das suas alterações na posição financeira, devendo ser útil a um vasto leque de utilizadores nas suas tomadas de decisão. Mas a leitura a efetuar não deverá ser estática (e em termos absolutos) não permitindo, isoladamente, obter uma análise completa e crítica da situação da entidade. A análise das demonstrações financeiras para ser correta deverá ser apoiada através de indicadores (normalmente rácios) económico-financeiros de uma entidade, assumindo estes um papel de extrema importância. Importa por isso realçar que os rácios são sobretudo úteis em termos comparativos e devem ser analisados de uma forma crítica. Os gestores e outros utilizadores da informação financeira ao efetuarem uma análise interna, essa análise não deve ser estática, mas sim dinâmica, analisando a evolução dos referidos indicadores ao longo do tempo, efetuando comparações com o conjunto das empresas do setor (análise setorial) e com os seus concorrentes mais diretos (*benchmarking*). É igualmente importante não esquecer que a análise dos indicadores dá-nos, sobretudo, indícios sobre o desempenho de uma empresa (e não conclusões), pelo que devem ser complementados com outras técnicas (tais como a análise de fluxos) e, se necessário, com o recurso a fontes de informação complementares. Deve-se ter em atenção que podem existir fatores que levem a uma possível distorção da informação, como é o caso de alterações às políticas contabilísticas, o eventual efeito de sazonalidade nalguns setores e a qualidade da informação utilizada. Neste contexto, é por vezes necessário ajustar as demonstrações financeiras da empresa, de modo a que estas proporcionem uma imagem verdadeira e apropriada da sua situação económica e financeira (Correia, 2014).

As microentidades muitas vezes produzem apenas demonstrações financeiras para o uso de proprietários-gerentes, das autoridades fiscais e das instituições financeiras. Demonstrações financeiras produzidas apenas para esses fins são demonstrações financeiras de finalidade não geral. O objetivo das demonstrações financeiras de uma microentidade, com a aplicação da normalização contabilística, é fornecer informações sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade para que esta seja útil na tomada de decisões económicas por uma ampla gama de utentes que não estejam em posição de exigir relatórios feitos para satisfazer as suas particulares necessidades de informação (IASB, 2013).

Bertoni e Rosa (2007) também apontam a introdução das *IFRS* para PME como um marco significativo no contexto da harmonização contabilística, analisando os prós e contras (numa fase prévia à introdução da norma) da sua implementação, concluindo que «it is not clear how the users of very small entities financial statements could benefit from this» (Bertoni e Rosa, 2007: 9).

A qualidade da informação financeira também pode ser apelidada por qualidade dos resultados (Dechow e Schrand, 2004 *apud* Moreira, 2010)⁶. Devendo a informação financeira proporcionar uma imagem fiel, verdadeira e apropriada da atividade desenvolvida pela empresa e da sua posição financeira, as manipulações contabilísticas terão que ser reduzidas ou nulas, no entanto existem situações em que os gestores manipulam os resultados com a intenção de transmitir uma imagem da empresa que sirva os seus interesses (Moreira, 2010).

2.2.2. Os utilizadores da informação financeira

Como foi referido no ponto anterior a informação financeira tem por base a informação contabilística e conseqüentemente a contabilidade. Relativamente à questão dos utilizadores dessa informação, Laureano e Pontes (2014) referem que «se a contabilidade deve ser útil para os utilizadores, então é necessário encontrá-los e identificar o uso que estes dão à informação» (Laureano e Pontes, 2014: 5). Efetivamente o SNC, na sua EC refere no seu parágrafo 1 que «as demonstrações financeiras preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisão económicas devem responder às necessidades comuns da maior parte dos utentes».

⁶ DECHOW, Patrícia M.; SCHRAND, Catherine M. (2004) Earnings Quality, Research Foundation of CFA Institute, <http://cfapubs.org/doi/pdfplus/10.2470/rf.v2004.n3.3927?cookieSet=1>. (à data de 16/3/2009).

Não existe uma definição única de utilizador da informação contabilística, existindo muitas referências com diferenças muito significativas (Alves, 2003). No entanto Gabás *et al.* (1996) definem para o seu estudo sobre a análise da procura da informação financeira, que utilizador é «todo agente de la economía que precisa conocer los aspectos referentes a la actividad económico-financiera de la entidad informativa, possibilitando su proceso de decisión, y con un derecho razonable de acceso a la información financiera» (Gabás *et al.*, 1996: 105).

Na estrutura conceptual do *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como na estrutura conceptual do SNC, são identificados como principais utilizadores das demonstrações financeiras os investidores, os fornecedores e outros credores comerciais, os empregados, os clientes, o governo (e suas instituições) e o público.

Podemos ainda distinguir dentro deste grupo de utilizadores, utilizadores internos de utilizadores externos, sendo utilizadores internos aqueles que têm acesso ilimitado à informação e o controlo do sistema de informação, enquanto que os utilizadores externos são aqueles que têm acesso limitado sobre a atividade económico-financiera, não tendo capacidade para estabelecer critérios na elaboração das DF's, estando impossibilitados de obter toda a informação financeira elaborada pela empresa. Rosa (2013) indica como utilizadores internos, os gestores e os proprietários e, como utilizadores externos, os investidores, os credores, os clientes, o Estado e o público em geral. Evidentemente, a necessidade de informação sentida por cada um destes utilizadores terá características diferenciadas.

Mas nem todos estes utilizadores são importantes numa pequena empresa (IFAC, 2006). No estudo desenvolvido por Rodrigues e Pires (2011) acerca de como as características do tecido empresarial determinam necessidades específicas e definem um utilizador padrão para a informação financeira, estes autores concluíram que os principais destinatários das demonstrações financeiras são sobretudo o Estado, mais concretamente o Fisco com 58% e a Banca com 31%. Efetivamente neste tipo de empresa, de pequena dimensão, observa-se que os seus utilizadores são em número reduzido, salientando-se o proprietário/gestor, o Estado e as instituições financeiras (Son *et al.*, 2006 *apud* Pontes, 2013)⁷.

⁷SON, D.; MARRIOTT, N.; MARRIOT, P. (2006). User's perceptions and uses of financial reports of small and medium companies (SMCs) in transitional economies: Qualitative evidence from Vietnam. *Qualitative Research in Accounting and Management*, 3, 218-235.

Os financiadores, mais concretamente o sistema bancário, são dos principais interessados na informação financeira (Collis e Jarvis, 2000). Este facto é explicado pela elevada dependência que as pequenas empresas têm relativamente à banca, visto que o seu financiamento é efetuado através desta (Rosa, 2013). A banca necessita de avaliar a capacidade das empresas cumprirem com as condições acordadas, assim como avaliar e estimar o risco dos financiamentos a efetuar ou efetuados. No caso do Estado, a informação visa a determinação de impostos a serem cobrados às empresas, principalmente o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) (*ibid.*).

2.2.3. A utilidade de informação financeira

Relativamente à importância do papel da informação, os estudos sobre o modo como os gestores adquirem e utilizam a informação permitem retirar duas ilações. A primeira é que as necessidades de informação dos gestores estão frequentemente relacionadas com a tarefa a desempenhar e têm, frequentemente, a sua origem em problemas correntes, do dia-a-dia. A segunda é que os gestores optam pelas fontes pessoais e procuram criar uma estrutura de informação com as suas fontes de confiança preferindo os meios de comunicação verbal (Choo, 1993 *apud* Alves, 2007)⁸.

Os gestores/decisores são exigentes relativamente aos documentos colocados à sua disposição, e não querem perder tempo a eliminar a informação redundante. Por isso, distinguem claramente os documentos que lhes permitem obter uma visão global da empresa e que lhes são realmente imprescindíveis para fins de gestão. Os gestores são igualmente sensíveis à pertinência do grau de detalhe da informação que lhes é fornecida. Assim, longe de se submeterem passivamente aos fenómenos de sobrecarga de informação, os gestores tendem a desenvolver verdadeiras estratégias, construindo as informações que estimam necessárias e utilizando as informações recebidas da forma mais eficiente possível. Deste modo, quando as informações lhes parecem importantes, os gestores não hesitam em procurá-las pessoalmente, estruturando e reorganizando a informação recolhida, por eles ou por terceiros, de modo a construírem os seus próprios instrumentos de informação (Alves, 2007). A experiência adquirida ao longo dos anos e a acumulação de conhecimentos técnicos ajudam

⁸ CHOO, C. W. – Environment scanning: acquisition and uses of information by chief executive officers in the Canadian Telecommunications Industry, P.H.D. Thesis. University of Toronto, 1993.

e muito os gestores na rápida e eficiente leitura dos documentos e números neles contidos, conseguindo deste modo e em breve instantes retirar as situações mais significativas da informação financeira (*ibid.*).

Relativamente à informação mais utilizada, Baas e Schrooten (2005) estudaram a relação da banca às PME, tendo identificado diferenças entre os utilizadores da informação dos dois grupos de entidades analisadas (cotadas e não cotadas), mas também encontraram semelhanças de interesse. Deste estudo extraíram, ainda, que a informação relativa à posição financeira (Balanço) é, geralmente, menos utilizada que a informação relativa à posição do desempenho (Demonstração dos Resultados). Cerca de 50% dos inquiridos estão interessados na informação relativa aos dois grupos de entidades, apresentando diferenças não significativas relativamente à informação que consideram relevante. Este estudo chegou ainda à conclusão, que os inquiridos despendem, em média, apenas cerca de 15 minutos por demonstração financeira, não olham para as notas do Anexo e estão interessados em demonstrações financeiras de entidades localizadas no seu país (Baas e Schrooten, 2005 *apud* Albuquerque, Quirós e Justino, 2013)⁹.

No entanto, a utilidade da informação terá por base a utilização dada pelos seus utilizadores, salientando que, no caso das microentidades, estes são as instituições bancárias, o Estado e o proprietário/gestor. A Banca utiliza a informação para determinar a capacidade que a entidade tem de pagar e para avaliar a rentabilidade, segurança e liquidez do financiamento que efetuar. Os proprietários, por sua vez, utilizam relatórios financeiros para uma variedade de funções, incluindo, para determinar prémios de remuneração e pagamentos de dividendos, para monitorar o desempenho, para empréstimos e como uma ferramenta de confirmação e, em alguns países, como forma de minimizar as suas responsabilidades fiscais. As autoridades fiscais também são beneficiárias principais das contas das PME e utilizam as suas demonstrações financeiras para determinar o lucro bruto, avaliar honorários de administradores e observar as disposições fiscais (IFAC, 2006).

Muitas vezes para os proprietários/gestores das microentidades, a informação financeira obtida na contabilidade serve apenas para cumprimento das obrigações fiscais, e ainda para as instituições financeiras. Tal facto é referido no relatório do *International Federation of Accountants*

⁹ BAAS, T. E.; SCHROOTEN, M. (2005). Relationship Banking and SMEs: A Theoretical Analysis. Working paper. German institute for Economic Research.

(IFAC, 2008: 8) acerca de um estudo sobre *Micro Entity Financial Report*, «[g]enerally, accrual-based financial statements are prepared to meet the requirements of tax authorities and other users, such as banks».

Nestas empresas de dimensão muito pequena, em que o proprietário é também gestor, por vezes acontece que o gestor, com o propósito de evitar custos, prescinde da ajuda de especialistas para obter uma economia de recursos, passando «a dedicar o seu tempo à solução de problemas rotineiros e acaba por perder a visão do negócio e a dimensão do planeamento, abandonando até a busca de oportunidades» (Fernandes, 2012: 6). As decisões são, por vezes, tomadas com base no sentimento, havendo rotinas que nem os seus sucessores as alteram, continuando a fazer o que aprenderam com os seus pais, sem entender mesmo o significado de gestão (*ibid.*).

A maioria dos empresários/gestores das pequenas empresas possuem poucos conhecimentos acerca da contabilidade e dos seus benefícios (Turner, 1997 *apud* Serrasqueiro e Nunes, 2004)¹⁰ havendo, por isso, a tendência de utilizar no processo de tomada de decisão, a experiência e a intuição, descuidando a informação contabilística (Serrasqueiro e Nunes, 2004).

Torna-se fundamental averiguar em que medida a informação financeira responde e corresponde às necessidades dos seus destinatários primordiais, proprietários/gestores. A questão que se impõe será analisar a utilidade da informação financeira nas decisões na gestão das microentidades, de que forma e de que modo esta informação gerada é proveitosa para os proprietários/gestores das microentidades na tomada de decisões. Sabe-se que nestas entidades existe «um desfasamento temporal entre a data da elaboração dos factos patrimoniais e a contabilização desses factos» (Serrasqueiro e Nunes, 2004: 8), e para que a informação financeira sustente a tomada de decisão, esta deverá ser feita em tempo útil e oportuno. Efetivamente acontece muitas vezes nas microentidades, que a grande maioria tem a contabilidade feita externamente, não dispondo da informação contabilística em tempo útil para a tomada de decisão. Esta demora da informação, não tem que ser forçosamente por culpa do Contabilista Certificado (CC), devendo-se muitas vezes também ao atraso da entrega dos documentos contabilísticos ao CC. Mas será que se a informação financeira for obtida em tempo útil e oportuno, os gestores a consideram importante?

¹⁰ TURNER, R. - Management accounting and SMEs: A question of style. Management Accounting. 1997. Vol. 75, N° 7, pp. 24-27.

Existem alguns (poucos ainda) estudos realizados, no intuito de verificar qual a importância dada pelos gestores à informação financeira, e de que modo esta informação serve para a tomada de decisão.

Serrasqueiro e Nunes (2004) efetuaram um estudo com o objetivo de analisar a importância atribuída à informação contabilística pelos empresários/gestores das pequenas empresas, nomeadamente na tomada de decisão estratégica, bem como na tomada de decisão operacional. Este estudo incidiu sobre pequenas empresas dos concelhos de Castelo Branco e Covilhã, sendo 35% da amostra constituída por microempresas e o restante por pequenas empresas. Em 56% das empresas a contabilidade é feita internamente e o principal dirigente é, em 86,4% das entidades estudadas, o proprietário (Serrasqueiro e Nunes, 2004). As autoras concluíram que os empresários/gestores consideravam as informações contabilísticas importantes para a tomada de decisões ao nível das decisões de investimento e nas decisões operacionais. Por sua vez nas decisões de financiamento e de distribuição de dividendos, a informação contabilística tem uma menor importância.

Alves (2008), nos seus seis estudos de caso acerca da importância da contabilidade nas decisões de gestão dos dirigentes portugueses, conclui através dos resultados obtidos que a informação contabilística foi utilizada na maioria das decisões estratégicas apresentadas pelos inquiridos em 68%, sendo esta informação solicitada propositadamente e o seu impacto na tomada de decisão decisivo, ou pelo menos importante. No caso da tomada de decisão operacional, a utilização da informação contabilística foi utilizada na maior parte das vezes, representando 67% das decisões dos inquiridos, neste caso a informação é disponibilizada regularmente pela empresa correspondendo a mais de 50% dos casos, mas quando é propositadamente solicitada, o seu impacto é decisivo.

No entanto, no estudo efetuado por Anjos, Miranda, Silva e Freitas (2010) a 122 gestores de micro e pequenas empresas de Maceió (Estado de Alagoas com 88 empresas) e Recife (Estado de Pernambuco com 34 empresas) sobre se a contabilidade é tida como útil pelos gestores das micro e pequenas empresas para a obtenção de financiamento, foi constatado que apesar de os gestores perceberem que a informação contabilística é útil para as suas empresas, na decisão de financiamento existem outras variáveis consideradas mais eficazes para a obtenção do financiamento, como a relação pessoal com o gerente do banco.

Santos (2014) efetuou um estudo em 42 PME Excelência 2011 do distrito de Lisboa, com o objetivo de analisar a importância atribuída à informação contabilística pelos seus gestores, tendo concluído que, os gestores dão maior importância àquela informação quando:

- Estão perante empresas de maior dimensão.
- Possuem formação na área de gestão e áreas afins (menor dificuldade de interpretação).
- Possuem maior experiência profissional.
- Existe separação entre a propriedade e a gestão.

Um estudo realizado pelo Instituto Sul-Africano dos Revisores Oficiais de Contas, aos gestores das empresas sul americanas, e divulgado pela UNCTAD (2013), indica que 59% dos inquiridos acha as demonstrações financeiras têm alguma utilidade, 35% extremamente útil e só 6% considera que não têm qualquer utilidade.

Também no estudo de Gouveia, Fernandes e Gonçalves (2015) acerca da utilidade da contabilidade para os gestores das microempresas, constata-se que grande parte dos gestores utilizam a informação financeira, destes gestores, 87,6% possuem formação económica, no entanto os restantes também atribuem uma importância significativa.

Serrasqueiro e Nunes (2004: 8) afirmam que «segundo vários estudos a causa principal da falência das pequenas empresas tem a sua origem na deficiente utilização da informação contabilística», devendo o empresário/gestor da pequena empresa ser alertado para os benefícios da utilização dessa informação (Serrasqueiro e Nunes, 2004).

2.3. A normalização contabilística

Neste capítulo ir-se-á abordar as questões da necessidade de normalização contabilística, salientando a problemática dessa normalização. Seguidamente retrata-se a evolução da normalização contabilística em Portugal.

2.3.1. A problemática da normalização contabilística

Casos como a Enron nos Estados Unidos, a Parmalat em Itália ou o BES em Portugal, levam a uma descrença na informação financeira, uma vez que neste tipo de casos verificou-se uma manipulação da informação levantando, por isso, dúvidas acerca dos comportamentos dos contabilistas e auditores.

Com a internacionalização cada vez maior dos mercados, a necessidade da comparabilidade da informação entre empresas de vários países torna-se fundamental (Rosa, 2013). Para que tal seja possível é necessário harmonizar a informação através de um normativo internacional limitando os critérios contabilísticos e aumentando a quantidade de informação a relatar, dando aos gestores uma margem menor para gerirem os resultados através de critérios contabilísticos (Pinheiro e Lopes, 2012).

No entanto, a mudança nem sempre é vista com bons olhos, havendo relutância e fazendo com que as pessoas sintam medo das transformações, tornando-se pouco flexíveis a uma nova abordagem, sendo por vezes muito difícil quebrarem com os paradigmas e alterarem os seus comportamentos, uma vez que a mudança implica algo de novo, ou seja uma incerteza (Bortolotti, Souza e Andrade, 2008 *apud* Nascimento, 2012)¹¹.

As dificuldades que se levantam na normalização contabilística não passam apenas pela relutância a um novo normativo, levantam também o problema da adequabilidade dessas normas, pois a aplicação de normas iguais ou semelhantes por empresas substancialmente distintas quanto à disponibilidade e número de recursos, diversidade e exigência informativa dos utilizadores das suas demonstrações financeiras, não devem ser aplicadas de forma generalizada (Pontes, 2013). A criação ou adaptação de um normativo mais adequado a entidades de menor dimensão não gera consenso, tendo Bertoni e Rosa (2007: 1) defendido que « the coexistence of a two or even three-tiered structure of accounting regulation could lead to confusion in the users and could also increase the costs of financial reporting for the preparers».

As Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) surgem, oferecendo uma série de benefícios para os utilizadores, visando aumentar a fiabilidade e relevância, assim como a comparabilidade da informação, através sobretudo de uma maior divulgação e explicação dessa informação. Passa, assim, a haver facilidade de comparação entre empresas, assim como entre períodos contabilísticos. Baas e Schrooten (2005) afirmam que, para serem eficientes, as normas internacionais de contabilidade devem ser aplicadas a todos os tipos de empresas, pois conduziria a uma melhoria na tomada de decisões.

¹¹ BORTOLOTTI, P.; SOUZA, R.; ANDRADE, D. - Resistencia uma ferramenta útil na mudança organizacional. V Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia 2008 – SEGET, Rezende RJ.

No entanto, a existência de um elevado número de empresas de menor dimensão, fez com que a aplicação das normas para as grandes empresas não fosse viável, tendo mesmo Gomes e Pires (2001: 21) considerado que:

De facto, [...] a contestação latente por parte de alguns setores da economia, nomeadamente os empresários e alguns profissionais, revelou-se factor primordial para a alteração do sistema instituído. Defendiam os referidos intervenientes que, dado tratar-se de um sistema assente em princípios e não em regras, o mesmo obrigava à manutenção de sistemas contabilísticos e de informação de suporte para o relato financeiro bastante exigentes, para os quais as empresas de pequena dimensão não estavam devidamente preparadas e cujo benefício dificilmente superava o seu custo.

Efetivamente, a principal desvantagem da aplicação generalizada da normalização contabilística é impor mais trabalho e, portanto, custos adicionais para a elaboração das contas (Collis e Jarvis, 2000; Albuquerque *et al.*, 2013). Deste ponto de vista, existe também o problema de decidir qual é o método contabilístico adequado para todas as empresas em todas as circunstâncias e em todos os setores (Collis e Jarvis, 2000).

As pequenas e médias sociedades estão normalmente sujeitas às mesmas regras que as grandes sociedades, embora raramente tenham sido analisadas as suas necessidades específicas em matéria de informação financeira. Laureano e Pontes (2014: 1) referem que:

Com efeito, num País, num Continente, num Mundo em que as PME predominam, gerando mais riqueza e mais emprego do que as empresas cotadas, não parece lógico utilizar estas últimas, as empresas cotadas, como bitola para a construção de normas de contabilidade e de relato financeiro a aplicar às PME.

O número cada vez maior de requisitos de divulgação suscita a preocupação dessas sociedades. O caráter extensivo das regras em matéria de apresentação de informação financeira representa um encargo financeiro, podendo prejudicar uma utilização eficiente de capital para fins produtivos.

O Regulamento (CE) n.º 1606/2002 veio estabelecer a adoção e a utilização na União Europeia, das normas internacionais de contabilidade – *International Accounting Standards (IAS)* e das *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e interpretações conexas – *International Financial Reporting Interpretations Committee (SIC/IFRIC)*, tentando dar, deste modo, resposta às crescentes necessidades em matéria de relato financeiro no contexto das profundas alterações ocorridas nos últimos anos na conjuntura económica e financeira.

Desde a grande crise de 1929, com o domínio económico dos Estados Unidos (EUA), a contabilidade é pensada para as empresas cotadas (Pontes, 2015) a evolução da contabilidade visava principalmente as grandes empresas cotadas em bolsas e de interesse público, mas uma pequena empresa não é uma empresa grande em ponto pequeno, não possui as mesmas necessidades, nem têm os mesmos problemas, começando deste modo a despertar para o ter que pensar pequeno, *Think Small First*, alterando assim o paradigma da normalização contabilística (Pontes, 2015). Com o objetivo de reduzir os encargos administrativos ligados a determinados requisitos de divulgação para as médias empresas, foi aprovada a diretiva 2009/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2009, que alterou as IV e VII diretivas comunitárias. Esta diretiva veio dar especial atenção à simplificação adicional do encargo de apresentação de informação financeira que recai sobre as pequenas e médias sociedades, sublinhando que a redução dos encargos administrativos é importante para impulsionar a economia da Europa, especialmente tendo em conta os benefícios que tal pode trazer para as pequenas e médias sociedades.

Sem dúvida que existem fatores que dificultam a normalização, mas há todo um processo de harmonização contabilística, com vista à uniformização das informações financeiras apresentadas pelas empresas, que foi sendo obtido através de emissão de diretivas e de regulamentos pela UE, por forma a serem atingidos critérios fundamentais relativamente à qualidade da informação necessária às demonstrações financeiras para que os seus utilizadores possam obter um elevado grau de transparência, comparabilidade e *accountability* (Tavares, 2015).

O normativo criado possui uma estrutura que assegura a coerência horizontal entre as normas e relativamente às entidades a que se aplica, permite uma fácil comunicabilidade vertical sempre que haja alterações na sua dimensão que impliquem alterações ao relato exigido ou pretendido.

2.3.2. A normalização contabilística em Portugal

O primeiro esforço de normalização contabilística em Portugal surge em 1973, quando a Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) publica um Anteprojeto do Plano Geral de Contabilidade. O primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC) é publicado em 1977, de influência francesa, mas já com indícios anglo-saxónicos. Com a adesão de Portugal à UE, em

1986, impõe-se ajustamentos ao normativo nacional (POC) com a transposição da 4ª e 7ª diretivas, em 1989 e 1991 respetivamente.

Em resultado do processo de harmonização contabilística ao nível da União Europeia, Portugal e os demais Estados-membros, viram necessidade de adaptar a sua normalização contabilística às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia, de forma a garantir uma maior comparabilidade da informação financeira das empresas dos diversos países. Entre 1992 e 2005, existe a publicação pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) de Diretrizes Contabilísticas e do Decreto-Lei n.º 35/2005 de 01/01, referente à aplicação obrigatória das NIC/IAS para as empresas cotadas.

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) é aprovado por Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com o objetivo de tornar a informação financeira divulgada pelas empresas de maior utilidade para os seus utilizadores, em quantidade e em qualidade (Rua, 2012). Este normativo é constituído por 28 normas de aplicação generalizada, e atendendo às empresas de menor dimensão, de uma norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE). Este referencial contabilístico representou uma mudança substancial na forma de apresentação e divulgação, visando uma maior transparência e permitindo a comparabilidade entre empresas, quer internas, quer externas (Almeida, Dias, Albuquerque, Carvalho e Pinheiro, 2011).

A NCRF-PE tem por base a mesma filosofia de conceitos e é orientada pelos mesmos requisitos técnicos de referência, procurando delimitar e simplificar num único documento, mais acessível e de mais fácil aplicação, as exigências contabilísticas mais comuns a esse universo.

Assegura-se, assim, compatibilidade e coerência entre os normativos aplicáveis aos três grandes grupos de entidades que operam em Portugal:

- Empresas com valores cotados que aplicam diretamente as normas internacionais de contabilidade;
- Restantes empresas dos sectores não financeiros, que aplicarão as normas de contabilidade e relato financeiro (NCRF);
- Empresas de menor dimensão que aplicarão a NCRF -PE.

Assim, o SNC pretende assegurar a coerência horizontal entre as normas, e, quanto às entidades a que se aplica, viabilizar uma fácil comunicabilidade vertical sempre que alterações na sua dimensão impliquem diferentes exigências de relato.

Todavia este normativo continuou a gerar polémica, pois perante as características do tecido empresarial português obrigou à manutenção de sistemas contabilísticos e de informação de suporte de relato financeiro bastante exigentes, tendo a sua implementação numa empresa de pequenas dimensões acarretado custos elevados.

Deste modo, e apesar do SNC ter previsto uma norma para pequenas entidades, mesmo assim era excessiva para as entidades com menores exigências qualitativas de relato financeiro, surgindo, assim, em 2010, a Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro, que instituiu o regime especial simplificado das normas e informações contabilísticas das microentidades, ficando deste modo dispensadas estas entidades da aplicação das normas contabilísticas previstas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, prevendo ainda a dispensa de algumas obrigações declarativas fiscais para este tipo de entidades. Surge posteriormente, a 9 de março de 2011, o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 que aprovou o Regime de Normalização Contabilística para as Microentidades (NCM), com aplicação imediata e retroativa, uma vez que já tinham decorrido mais de dois meses do início do ano para a sua aplicação e mais de seis meses da Lei n.º 35/2010 que vinculava a sua aprovação no prazo máximo de 45 dias conforme número 1 do artigo 6.º.

Desta forma, o Decreto-Lei n.º 36-A, de 9 de março de 2011, veio classificar como microentidades as empresas que à data do balanço, não ultrapassassem dois dos três limites seguintes:

- total de balanço € 500.000;
- volume de negócios líquido: € 500.000;
- número médio de empregados durante o exercício: 5

Considera-se volume de negócios líquido, o valor líquido das vendas e prestações de serviços, não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) nem outros impostos diretamente relacionados com essas operações.

Este diploma tinha como objetivo a normalização contabilística para as microentidades, constituindo um modelo de normalização, que de forma autónoma, tem conceitos, definições e procedimentos contabilísticos aceites de um modo geral em Portugal (Almeida *et al.*, 2011).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, aprovou o conjunto de demonstrações financeiras, mais reduzido do que para o NCRF-PE, dispensando a obrigação de apresentação quer da Demonstração de Fluxos de Caixa, quer da Demonstração de Alterações no Capital Próprio, ficando apenas o Balanço em modelo reduzido, a Demonstração dos Resultados e um Anexo, prevendo no entanto, um Anexo menos exigente quanto à informação divulgada. Os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos são como os enunciados no SNC, permitindo uma fácil comunicabilidade vertical sempre que haja alterações na dimensão das entidades (Gomes e Pires, 2011).

A diretiva 2013/34/UE, de 26 de junho de 2013, veio introduzir alterações ao normativo contabilístico, com o objetivo de proporcionar aumento de produtividade através da redução da burocracia, e diferenciando as empresas não cotadas em quatro: grandes, médias, pequenas e micro. O Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, transpôs para a ordem jurídica interna a diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Este Decreto-Lei advém das iniciativas da União Europeia pretendendo reduzir o peso da regulamentação, uma vez que considera que as diretivas contabilísticas são excessivamente onerosas para as pequenas entidades, em particular para as microentidades. Assim, quer a Diretiva quer o Decreto-Lei têm como principais objetivos a redução de encargos administrativos das pequenas e médias empresas e a simplificação dos procedimentos de relato financeiro, a redução da informação nas notas anexas às demonstrações financeiras e a dispensa da preparação de demonstrações financeiras consolidadas para grupos de pequenas empresas.

No seu artigo 9º, este Decreto-Lei altera os limites de categorias das entidades, como se pode verificar no Quadro 2.4.

Quadro 2.4: Limites de Categorias de Empresa

Categorias de entidades (desde que não ultrapassem dois dos três limites)		Microentidade	Pequena Entidade	Média Entidade	Grande Entidade
Dec. Lei n.º 158/2009 (versão original)	Total de balanço		€ 500.000		
	Volume de negócios líquido		€ 1.000.000		
	N.º médio empregados no período		20		
Lei n.º 20/2010 (1.ª alteração ao Dec. Lei n.º 158/2009)	Total de balanço		€ 1.500.000		
	Volume de negócios líquido		€ 3.000.000		
	N.º médio empregados no período		50		
Dec. Lei n.º 36-A/2011	Total de balanço	€ 500.000			
	Volume de negócios líquido	€ 500.000			
	N.º médio empregados no período	5			
Dec. Lei n.º 98/2015 (mais recente alteração ao Dec. Lei n.º 158/2009)	Total de balanço	€ 350.000	€ 4.000.000	€ 20.000.000	
	Volume de negócios líquido	€ 700.000	€ 8.000.000	€ 40.000.000	
	N.º médio empregados no período	10	50	250	Ultrapassem 2 dos 3 limites das médias entidades

Fonte: Adaptado de Azevedo e Oliveira (2015: 36)

Ainda em relação ao Decreto-Lei n.º 98/2015, encontra-se definido na alínea i) do n.º1 do seu artigo 2º, o que se entende por volume de negócios (até aqui nada de novo). No entanto no n.º2 do mesmo artigo, refere-se que se o volume de negócios líquido for inferior a 75% do total dos rendimentos da entidade, esses rendimentos provenientes de outras fontes devem ser

adicionados ao volume de negócios líquidos para efeitos de determinação dos limites, desde que os mesmos resultem de transações realizadas com terceiros no âmbito da atividade operacional da entidade.

Estes limites da determinação da dimensão das empresas são iguais para todos os Estados Membros (EM).

Como forma de simplificação e redução da carga burocrática, as microentidades ficam dispensadas de apresentação do anexo, mas para tal deverão proceder às seguintes divulgações no final do balanço (Decreto-Lei n.º 98/2015: 3474):

- Montante total dos compromissos financeiros, garantias ou ativos e passivos contingentes que não estejam incluídos no balanço e uma indicação da natureza e forma das garantias reais que tenham sido prestadas e, separadamente, compromissos face a empresas coligadas ou associadas;
- Montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão, com indicação das taxas de juros, das condições principais e dos montantes eventualmente reembolsados, amortizados ou objeto de renúncia, assim como os compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, com indicação do montante global para cada categoria;
- As informações referidas na alínea d) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, quando aplicável, ou seja deve incluir o número e o valor nominal ou, na falta de valor de valor nominal, o valor contabilístico das quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas durante o período, a fração do capital subscrito que representam, os motivos desses atos e o respetivo preço, bem como o número e valor nominal ou contabilístico de todas as quotas e ações próprias detidas no fim do período (Decreto Lei n.º 98/2015: 3474; CSC)

Desde que seja cumprida esta última divulgação no balanço, as microentidades passam também a estar isentas de apresentar o Relatório de Gestão.

Com esta diretiva cai por terra a exclusão da aplicabilidade da norma das microentidades, às microentidades que pertencessem a um perímetro de consolidação ou com a obrigatoriedade de Certificação Legal de Contas (CLC). A Diretiva 2013/34/EU pretende atingir três objetivos: o primeiro reduzir a carga administrativa e simplificar procedimentos, o segundo, simplificar ao máximo até ao limite de proteção das necessidades essenciais e o terceiro, aumentar a comparabilidade da informação. De acordo com Pontes (2015), se os dois

primeiros objetivos devem ser conseguidos, em relação ao terceiro, a probabilidade de concretização é muito diminuta, pois para que se verificasse os EM deveriam ter normativos semelhantes, sem grandes diferenças, no entanto, a diretiva permite situações de opção, podendo cada EM, optar ou não pela sua aplicação.

Estas características que identificam as PME e microentidades são apresentadas como orientações úteis para a gestão e outros *stakeholders* para determinar o adequado normativo contabilístico para as PME na elaboração das demonstrações financeiras. Nas situações de aplicabilidade dos normativos NCRF-PE e NCM, fica na mão do gestor decidir qual o melhor normativo a aplicar, pois estes normativos não são de aplicação obrigatória, podendo sempre a entidade, na figura do gestor, optar pelo normativo que responda melhor às suas necessidades de relato financeiro (AICPA, 2013).

A escolha dos vários normativos a utilizar dependerá da atividade da empresa e não apenas dos limites existentes (Martins e Silva, 2011), assim nos casos de opção deverá o gestor decidir qual o melhor normativo a aplicar, dependendo da estratégia traçada para a entidade.

3. Estudo empírico

Este capítulo trata do estudo propriamente dito, com a análise dos intervenientes, quer das empresas e seus gestores, quer dos contabilistas certificados, partindo depois para a análise das respostas obtidas através das entrevistas e analisando as conclusões tendo por base os objetivos específicos traçados.

3.1. Metodologia de investigação

Fundamental ao estudo empírico é a definição da metodologia de investigação, assim como dos procedimentos de acordo com os objetivos traçados e respetivas questões.

A escolha da metodologia a seguir tem por base os objetivos a que se pretende dar resposta com este trabalho. As questões levantadas para os objetivos do estudo são “como” e “porquê”. Yin (2015) refere que para os estudos em que as questões são do tipo “como” e “porquê”, o estudo de caso é uma metodologia a aplicar, uma vez que «surge do desejo de entender fenómenos sociais complexos» (Yin, 2015: 4).

Yin (2015: 17) define o estudo de casos como «uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e no seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e contexto puderem não ser claramente evidentes». Para aquele autor, esta metodologia é indicada nas três situações seguintes:

- Quando o caso é crítico para testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada;
- Quando ele é extremo ou único;
- Quando ele é revelador, o que ocorre quando o investigador tem acesso a uma situação ou fenómeno até então inacessível à investigação científica.

Acrescenta ainda, o mesmo autor, que os estudos de caso são também usados como etapas exploratórias na pesquisa de fenómenos pouco investigados, o qual exige o estudo aprofundado de poucos casos, que leve à identificação de categorias de observação ou à elaboração de hipóteses para estudos posteriores. Quanto à possibilidade de generalização a partir dos estudos de caso, o autor considera que é sempre possível gerar hipóteses que possam ser testadas em outros contextos e, caso sejam reiteradamente confirmadas, podem ser generalizadas para contextos similares.

O mesmo autor considera que estudo de caso único e estudo de casos múltiplos são variações ao projeto de estudo de caso, e sempre que seja possível, é preferível a utilização de estudo de casos múltiplos, dando maior robustez ao estudo. Assim decidiu-se por um estudo de casos múltiplos, levando a um processo de replicação em vez de uma lógica de amostragem.

Conforme referido, para o presente caso de investigação científica, optou-se por um estudo de casos múltiplos exploratórios efetuados a várias microentidades, através de entrevistas aos gestores das microentidades, assim como aos contabilistas certificados.

Apesar da tentativa de se entrevistarem os gestores e os contabilistas das mesmas microentidades tal não foi possível devido, fundamentalmente, ao facto de os gestores não terem disponibilizado a informação e/ou o contacto de quem era o seu contabilista. Deste modo, optou-se por entrevistar outros contabilistas certificados, responsáveis pela contabilidade de várias microentidades, o que se considera ter contribuído para o estudo de um maior número de entidades.

Possivelmente a melhor metodologia a desenvolver nesta investigação seria um tratamento de dados estatísticos por amostragem, através de questionários, mas infelizmente, devido ao tamanho do universo que o tema abrange, o tempo disponível e o custo envolvido, este estudo seria de extrema dificuldade de realização em tempo útil.

3.1.1. Estudo de caso e obtenção de dados

O método do estudo de caso permite que o investigador retenha as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (Yin, 2015). Para Vilelas, o estudo de caso é como «uma unidade de análise, um indivíduo, o papel desempenhado por ele ou por uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade, ou até mesmo uma nação» (Vilelas, 2008 *apud* Gago *et al.*, 2011:2)¹².

Definida a metodologia, tem que se traçar o respetivo projeto, pois como Yin (2015: 30) refere «o projecto é a sequência lógica que conecta os dados empíricos às questões de pesquisa iniciais do estudo e, finalmente, às suas conclusões».

¹² VILELAS, José Manuel da Silva – Estudo de Caso. In Metodologias de Investigação: da pesquisa quantitativa à qualitativa em ciências da saúde. Lisboa: [s.n.], 2008. ISBN. pp. 74-79.

Para a concretização do estudo através da metodologia definida, procedeu-se à elaboração de um inquérito por entrevista para obtenção de dados para o estudo.

As entrevistas permitem retirar informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados, havendo um contato direto entre o entrevistador/analista e o entrevistado (Quivy e Campenhoudt, 1998). As entrevistas podem ser, consoante a profundidade do material verbal recolhido, entrevistas não diretivas, de uma ou duas horas, e em que o entrevistador necessita de uma prática psicológica confirmada, e as entrevistas semidiretivas, mais curtas e mais fáceis (Bardin, 2011). Neste estudo, o tipo de entrevista utilizado foi a entrevista semidiretiva, ou semi estruturada, com um guião orientador elaborado previamente, e nem todas as intervenções do entrevistador são previamente determinadas, permitindo uma maior possibilidade de expressão dos entrevistados, uma vez que as informações recolhidas refletem melhor as suas representações. O guião, na sua versão final, foi sujeito a uma validação aparente e de conteúdo. (Valadas e Gonçalves, 2013). Bardin (2011) afirma que nas entrevistas, o recurso à análise de conteúdo, é necessário para retirar o material qualitativo indispensável.

Na análise de uma entrevista poderá existir um paradoxo, o entrevistador/analista tem como objetivo final poder obter uma visão representativa da população ou grupo social, mas a entrevista traz consigo a singularidade individual, a unicidade de cada pessoa (*ibid*), devendo esta ser também refletida nessa análise.

3.1.2. Objetivos do estudo e questões de investigação

O presente estudo tem como objetivo principal responder à seguinte questão de investigação “Qual é a utilidade da informação financeira para a gestão das microentidades?”. Neste sentido, considerou-se fundamental definir as perguntas derivadas que se elencam:

1. Quais são os principais utilizadores da informação financeira das microentidades?
2. Quais são as necessidades de informação sentidas pelos gestores das microentidades?
3. A informação que é produzida pelas microentidades satisfaz as necessidades dos seus gestores?
4. A utilização do NCM é percecionada pelos gestores das microentidades como sendo mais útil que o anterior normativo?

De modo a responder às questões de investigação foi necessário traçar os seguintes objetivos específicos:

Objetivo 1: Identificar os principais utilizadores da informação financeira reportada pelas microentidades.

Objetivo 2: Conhecer as necessidades de informação para os gestores das microentidades.

Objetivo 3: Avaliar a correspondência entre as necessidades sentidas pelos gestores das microentidades e a informação que é produzida.

Objetivo 4: Perceber qual é a utilidade percebida pelos gestores das microentidades quanto à utilização do novo normativo.

Em relação às questões expostas, salienta-se que cada uma destas será analisada na perspetiva dos gestores das microentidades e na perspetiva dos contabilistas certificados das microentidades com o intuito de se concluir se existirão diferenças entre as duas visões destes dois grupos.

No Quadro 3.1 relacionam-se os objetivos traçados com as questões elaboradas para as entrevistas.

Estas questões tiveram o intuito de servirem de pontos de partida e como linhas orientadoras das entrevistas, por forma a pôr os gestores a falar sobre o tema.

Quadro3.1: Os objetivos e as questões da entrevista

Objetivo geral: Qual a utilidade que os gestores das microentidades atribuem à informação financeira?	
Objetivos específicos	Questões
Identificar os principais utilizadores da informação financeira reportada pelas microentidades em Portugal.	Quem são os utilizadores da informação financeira?
Conhecer as necessidades de informação para os gestores. Avaliar ou não a correspondência entre as necessidades sentidas e a informação produzida.	Considera a informação financeira importante? Porquê?
	Na tomada de decisões, utiliza a informação financeira?
	A informação recebida pela contabilidade é suficiente?
	Considera a informação da Demonstração de Fluxos de Caixa necessária para a sua atividade?
Perceber qual é a utilidade percebida pelos gestores das microentidades quanto à utilização do novo normativo	Qual a demonstração financeira a que atribui maior importância?
	Em 2010 houve a mudança de normativo contabilístico, deu por esta mudança? Na sua opinião, considera que foi útil?

3.2. Análise descritiva do estudo

O estudo, cujo objetivo é conhecer a utilidade da informação financeira para a tomada de decisão da gestão das microempresas, delimitou-se em termos geográficos à área do concelho de Vila Franca de Xira. Esta escolha teve por base razões meramente operacionais, como a otimização do tempo e da distância para a sua realização. Assim, o estudo incidiu sobre os gestores de 10 microentidades e a 6 contabilistas certificados do concelho de Vila Franca de Xira.

Para o conceito de microentidade utilizou-se a definição do Decreto-Lei n.º 98/2015, que considera microentidade, aquela que à data do balanço não ultrapasse dois dos três limites:

- empregados (média do ano): 10

- volume de negócios líquidos: 700.000€
- total de balanço: 350.000€

A metodologia a utilizar, como já foi referido, tem por base um estudo de casos múltiplos, através de entrevistas. A utilização do método de entrevistas em detrimento do inquérito por questionário traz a vantagem na obtenção de respostas. Por exemplo, no estudo sobre PME Excelência do distrito de Lisboa de Santos (2014) a amostra constituída foi pelo total das 228 PME Excelência de Lisboa, no entanto só conseguiu 42 respostas.

Além da obtenção mais viável de respostas, os inquéritos por entrevista permitem aprofundar melhor as questões de investigação. As entrevistas foram a principal fonte de recolha de dados, tendo-se para tal elaborado um guião orientador, mas não rígido, centrado no tema em análise, mas mantendo as questões de resposta aberta.

Depois de transcrever as entrevistas numa matriz de respostas e isolado para cada um dos intervenientes a resposta correspondente, foram enviadas via correio eletrónico as questões aos entrevistados a fim de permitir confirmar ou alterar o seu conteúdo, ou mesmo esclarecer dúvidas. Após a entrevista e em *off*, e por curiosidade, foi questionado aos gestores entrevistados se este estudo fosse via mail ou correio se teriam respondido, tendo mais de 50% respondido que não.

3.2.1. Caraterização das entidades intervenientes

As entidades intervenientes no processo de entrevistas foram 10 microentidades representadas pelos seus gestores/proprietários e 6 contabilistas certificados, todos pertencentes ao concelho de Vila Franca de Xira.

Seguidamente caracterizam-se, por um lado, as microentidades e os seus gestores e, por outro, os contabilistas certificados.

3.2.1.1. Caraterização das microentidades e seus gestores

Para este estudo selecionaram-se 10 empresas na área geográfica (a seleção teve por base a facilidade de acesso aos respetivos gestores). Mesmo assim alguns (poucos) dos gestores entrevistados demonstraram inicialmente receio de dar a entrevista, achando que não tinham conhecimentos para responder.

Tentou-se diversificar as áreas de atuação das várias entidades estudadas, apresentando-se as respectivas atividades no Quadro 3.2. Como é possível observar, são sobretudo empresas de prestação de serviços e comércio.

Apesar de algumas das empresas não se oporem em serem reconhecidas, houve outras que preferiram ficar no anonimato, por isso optou-se pela denominação alfabética de todas as empresas, permitindo deste modo a confidencialidade de todos, empresas e entrevistados.

Relativamente à constituição jurídica das empresas, salienta-se que todas as empresas são sociedades por quotas.

Quadro 3.2: Caracterização das empresas

Denominação da entidade	Atividade	Início de Atividade	Contabilidade
A	Construção civil	1971	Externa
B	Exportação	2013	Externa
C	Prestação de serviços de documentação	2001	Externa
D	Venda e reparação na área das tecnologias de informação	2005	Externa
E	Café / Pastelaria	2005	Externa
F	Atividades desportivas	2007	Externa
G	Comércio e reparação de eletrodomésticos	1994	Externa
H	Mecânica Industrial	2014	Externa
I	Climatização	2003	Externa
J	Restauração	2013	Externa

Efetuada a análise às características das empresas entrevistadas, em relação à atividade verifica-se que as empresas são de comércio e de prestação de serviços, no entanto não se procedeu à sua quantificação, uma vez que algumas delas desenvolvem as duas vertentes, de comércio e de prestação de serviços, como é o caso da empresa de venda e reparação na área das tecnologias de informação.

Salienta-se que todas as entidades têm a contabilidade efetuada externamente, o que se considera ir de encontro às características das microentidades apresentadas por Silva *et al.* (2010) e Santos (2009) na revisão da literatura. Serrasqueiro e Nunes (2004), no seu estudo acerca da informação contabilística na tomada de decisão, verificam que as empresas com a contabilidade feita externamente tendem a utilizar menos a informação financeira que as empresas com a contabilidade efetuada internamente.

Analisando o tempo de atividade das entidades, podemos verificar pelo Quadro 3.3, que as empresas até 15 anos são a maioria, representando 8 das 10, havendo apenas 2 com mais de 20 anos de atividade, uma delas tem até mais de 40 anos. Das entidades que têm até 15 anos de atividade, 3 são recentes, têm de tempo de vida até 5 anos, outras 3 têm de 6 a 10 anos e 2 têm de 11 a 15 anos.

Quadro 3.3: Tempo de atividade das entidades

Anos de atividade	Número de entidades
1 a 5 anos	3
6 a 10 anos	3
11 a 15 anos	2
16 a 20 anos	-
Com mais de 20 anos	2

Convém referir ainda, que as entidades com início de atividade depois de 2010 têm gestores que são também gestores noutras empresas possuindo maior experiência na profissão.

Para Queiroz (2005 *apud* Moreira *et al.*, 2013)¹³ os primeiros anos de atividade são fundamentais para a implementação de uma microentidade, pois segundo o autor são nesses

¹³ QUEIROZ, L. M. N. Investigação do uso da informação contábil na gestão das micros e pequenas empresas da Região do Seridó Potiguar. Brasília, 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa (*continuação da notas de rodapé*)

anos que este tipo de entidade apresenta um maior índice de mortalidade. Este autor considera ainda que as microentidades com mais de 10 anos de atividade estão acima da média nacional (brasileira), devendo-se este facto de longevidade ao seu proprietário/gestor que na busca de sustento, promove o desenvolvimento dos negócios (*ibid*).

Gouveia *et al.* (2015) refere que existe uma tendência para uma maior utilização da informação em empresas com mais tempo de atividade, havendo uma menor propensão para a utilização da informação nas empresas mais jovens. «Gestores de empresas mais jovens tendem a utilizar menos a informação contabilística do que os das empresas mais antigas» (Gouveia *et al.*, 2015: 91). Refere ainda o mesmo autor, que este facto poderá estar associado à experiência e aprendizagem.

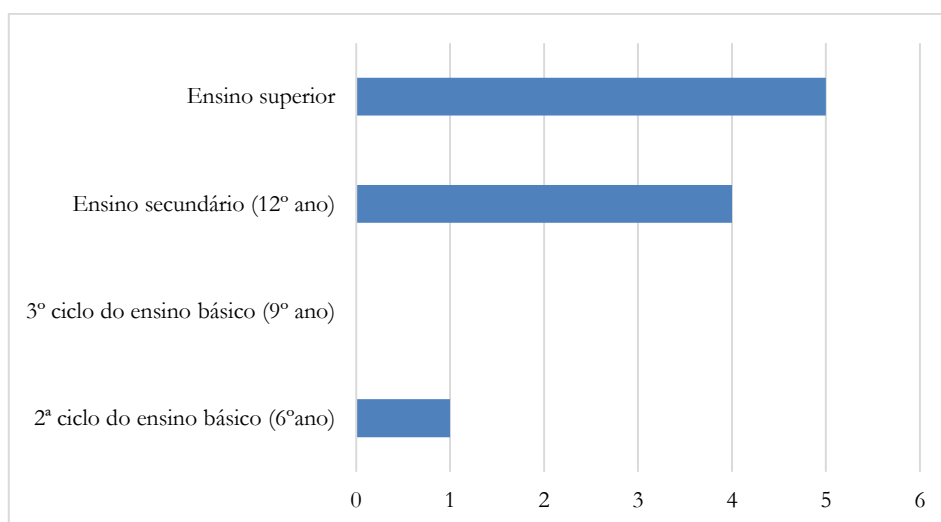
Seguidamente caracterizam-se os gestores entrevistados, começando pelo Quadro 3.4 que apresenta as idades dos entrevistados. Verifica-se que dos 10 entrevistados, sete têm mais de 50 anos, cinco têm entre 51 a 60 anos e os restantes dois têm mais de 61 anos, um dos entrevistados tem até 30 anos e dois têm entre 31 a 40 anos, conforme se verifica no Quadro 3.4.

Quadro 3.4: Faixa etária dos gestores

Faixa etária	Número de gestores
20 - 30	1
31 - 40	2
41 - 50	-
51 - 60	5
61 - 70	2

No Gráfico 3.1 analisam-se as habilitações literárias dos gestores. Verifica-se que dos dez gestores, metade têm o ensino superior (Bacharelato e Licenciatura), um tem o 2º ciclo, não existe nenhum com o 3º ciclo e quatro têm o ensino secundário.

Gráfico 3.1: Habilitações literárias do gestor



É de salientar que dos dez inquiridos, apesar de cinco terem formação superior, nenhum tem formação na área financeira. A formação ao nível do ensino superior por mera coincidência tem maior incidência na área da Engenharia. Para Gouveia *et al.* (2015) a formação em áreas de gestão é uma componente facilitadora para a compreensão e utilização da informação financeira, no entanto a formação superior independentemente da área é associada à capacidade de análise e procura de informação para a gestão de uma entidade.

Apesar de na caracterização dos gestores não vir refletido, no total dos dez entrevistados, apenas dois eram do sexo feminino, e os restantes oito do sexo masculino.

Analisa-se, seguidamente, com o Quadro 3.5, a experiência dos entrevistados como gestores.

Quadro 3.5: Experiência como gestores

Tempo em anos	Número de gestores
Até 5 anos	1
6 – 10 anos	3
11 – 15 anos	3
16 – 20 anos	-
Mais de 20 anos	3

Dos gestores entrevistados, apenas três têm mais de 20 anos de experiência, enquanto que os restantes sete têm até 15 anos de experiência, existindo um com apenas 1 ano de experiência tendo, no entanto, o apoio de outro sócio com mais de 15 anos de experiência como gestor, três dos gestores têm entre 6 a 10 anos de experiência e os outros três têm entre 11 a 15 anos.

Para Gouveia *et al.* (2015), gestores com maior experiência tendem a utilizar mais a informação financeira, fruto da prática e aprendizagem obtida ao longo dos anos, concluindo que a não existência de informação fragiliza a posição do gestor e da empresa.

Para finalizar a caracterização dos gestores das microentidades apresenta-se o Quadro 3.6 no qual se relaciona a entidade com o gestor.

Quadro3.6: Entidade e gestor

Empresa	Área atividade	Ano constituição	Idade	Habilitações literárias	Experiência como gestor
A	Construção civil	1971	60 anos	Licenciatura em Ciências da Educação	40 anos
B	Exportação	2013	53 anos	Bacharel em Engenharia Civil	21 anos
C	Prestação de serviços Documentação	2001	50 anos	12º ano	14 anos
D	Venda e reparação na área das tecnologias de informação	2005	52 anos	Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica	10 anos
E	Café/pastelaria	2005	66 anos	12º ano	10 anos
F	Atividades desportivas	2007	38 anos	Licenciatura em Design	8 anos
G	Comércio e reparação de eletrodomésticos	1994	65 anos	11º ano	23 anos
H	Mecânica industrial	2014	23 anos	Mestrando em Psicologia da Saúde	1 ano
I	Climatização	2003	52 anos	6º ano	15 anos
J	Restauração	2013	36 anos	Frequência Universitária na área de Direito	12 anos

3.2.1.2. Caracterização dos contabilistas certificados

Como forma de complementar a informação sobre a utilidade da informação financeira para os gestores das microentidades, entrevistaram-se seis contabilistas certificados de empresas de

contabilidade no concelho de Vila Franca de Xira, havendo por isso necessidade de caracterizar esses contabilistas.

Conforme o procedimento tido com as empresas e gestores, de manter o anonimato dos entrevistados, também aqui se procedeu do mesmo modo, tendo-se atribuído uma ordenação alfabética.

Como já referido, todos os contabilistas certificados pertencem a empresas de contabilidade, sendo as suas faixas etárias aquelas que se apresentam no Quadro 3.7.

Quadro 3.7: Faixa etária dos gestores

Faixa etária	Número de gestores
31 - 40	3
41 - 50	-
51 - 60	1
61 - 70	2

Metade dos contabilistas têm mais de 50 anos e os outros três têm menos de 40 anos.

Relativamente ao número de microentidades das quais são responsáveis, o Quadro 3.8 apresenta essa informação.

Quadro 3.8: Microentidades por contabilista

Contabilista	Microentidades
A	25
B	36
C	14
D	50
E	33
F	30

Como se pode verificar no Quadro 3.8, todos os contabilistas certificados são responsáveis por muitas microentidades o que é consistente com o tipo de empresa em que estão inseridos (gabinetes de contabilidade) e com a circunstância que foi referida na revisão da literatura que as microentidades constituem a grande parte do tecido empresarial português.

3.3. Análise das respostas

«[A] entrevista é [...] um método de recolha de informações, [...] [e] o espírito teórico do investigador deve [...] permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível » (Quivy e Campenhoudt, 1998: 192).

Principalmente as questões colocadas nas entrevistas aos gestores visavam pôr os inquiridos a falar acerca da informação financeira, no entanto, os gestores das microentidades são pessoas que concentram neles toda ou grande parte da atividade, possuindo muito pouco tempo disponível. Nalguns casos, foi, também detetado, por parte dos entrevistados pouco à vontade e propensão para as respostas. Detetaram-se ainda, em alguns casos, que conceitos como informação financeira ou balanço não estavam adquiridos.

Passando em seguida à apresentação das respostas obtidas nas entrevistas, elaboraram-se quadros síntese correspondentes às respostas, quer dos gestores quer dos contabilistas, salientando as divergências, mas também unindo consensos.

Como as entrevistas têm por alvo dois grupos de pessoas, o grupo dos gestores e o grupo dos contabilistas, as respostas são apresentadas em quadros por questão e por grupo, havendo sempre dentro de cada questão uma confrontação das respostas entre os dois grupos.

3.3.1. Utilizadores da informação financeira

No Quadro 3.9 apresentam-se as respostas à primeira questão efetuada aos gestores das microentidades, que pretendia identificar os principais utilizadores da informação financeira reportada pelas microentidades em Portugal.

Analisando as respostas obtidas nesta primeira questão, verifica-se que o gestor é o grande e principal utilizador da informação financeira, todos os entrevistados referiram de uma forma ou de outra o gestor como utilizador da informação. Quatro dos entrevistados consideram ainda os Bancos, apesar de alguns dos entrevistados dizerem não ter relações com os Bancos (como financiadores da atividade). Existem dois dos entrevistados que consideram os Fornecedores e apenas um considera que a concorrência tem interesse na sua informação financeira. Estranhamente apenas dois dos gestores afirmaram que o Estado é um utilizador

da informação financeira, contrariando alguns autores (Santos, 2009; Rodrigues e Pires, 2011; Son *et al.*, 2006 *apud* Pontes, 2013¹⁴; Rosa, 2013 e Gouveia *et al.*, 2015).

Quadro 3.9: Utilizadores da informação financeira na perspectiva dos gestores

Empresas	Quem são os utilizadores da informação financeira?
A	Gestor e Bancos
B	Gestor
C	Gestor e Bancos
D	Gestor e ocasionalmente na abertura de algum fornecedor novo
E	Gestor
F	Gestor, Bancos e Concorrência
G	Gestor e Finanças
H	Gestor e Estado
I	Gestor, Bancos e Fornecedores
J	Gestor

Com a finalidade de se determinar segundo a perspectiva dos contabilistas, quem são os utilizadores da informação financeira, transcrevem-se no Quadro 3.10, as respostas obtidas.

Quadro 3.10: Utilizadores da informação da informação financeira na perspectiva do contabilista

Contabilistas	Quem são os utilizadores da informação financeira?
A	Gestor
B	Bancos
C	Bancos
D	Gestor, Bancos e Estado
E	Estado, Bancos, Clientes e Fornecedores
F	Bancos

¹⁴ SON, D.; MARRIOTT, N.; MARRIOT, P. (2006). User's perceptions and uses of financial reports of small and medium companies (SMCs) in transitional economies: Qualitative evidence from Vietnam. *Qualitative Research in Accounting and Management*, 3, 218-235.

Na opinião dos contabilistas o grande utilizador da informação financeira são os bancos, existindo apenas dois dos contabilistas que referem o gestor como utilizador da informação financeira, e apenas um afirma que os fornecedores são utilizadores desta informação. Também neste caso apenas dois dos contabilistas referem o Estado como utilizador da informação financeira.

Ao contrário dos estudos realizados por Santos (2009) e Gouveia *et al.* (2015) que consideram o Estado como o principal utilizador da informação financeira, curiosamente, apenas dois dos entrevistados consideram o Estado/Finanças como utilizadores da informação. No estudo de casos múltiplos de Santos (2009) todos os casos referiram que possuíam contabilidade por ser uma obrigação legal e por razões fiscais. Também os gestores que não possuíam formação na área financeira, não se consideraram como utilizadores desta informação e os gestores (sócios gerentes) que responderam que os sócios eram os utilizadores da informação financeira faziam-no na qualidade de gestores e não na qualidade de detentores do capital. No estudo de Gouveia *et al.* (2015), os resultados obtidos indicavam claras evidências para o Estado ser o principal interessado na informação contabilística, inclusive 65% dos gestores consideravam a contabilidade como um meio de apurar impostos, havendo maior perceção para este facto no caso das empresas que não utilizavam a informação financeira para a tomada de decisão.

Neste ponto, o estudo vai de certa forma de encontro com o referido na revisão da literatura, em que vários autores consideram que os utilizadores da informação das microentidades são o gestor e os bancos (Collis e Jarvis, 2000; Rodrigues e Pires, 2011; Pontes, 2013; Rosa, 2013), no entanto não foi dado a mesma importância no estudo ao Estado, como estes autores atribuem.

3.3.2. Necessidades de informação dos gestores

Na perspetiva de se conhecer quais as necessidades de informação que os gestores sentem na gestão da sua atividade, e principalmente se a informação fornecida pela contabilidade tem utilidade na gestão da entidade, questionaram-se os gestores se consideravam essa informação financeira importante, apresentando-se as respostas no Quadro 3.11.

Quadro 3.11: A importância da informação financeira na perspectiva do gestor

Empresas	Considera a informação financeira importante? Porquê?
A	Sim, é muito importante, sendo o pilar da empresa, sem essa informação, a empresa tem muita dificuldade em obter os melhores resultados.
B	Muito importante, para conseguir determinar a posição da empresa perante os negócios da empresa.
C	Sim, é importante.
D	Fundamental, dá informação para o planeamento da atividade.
E	Sim, para saber o desempenho da empresa.
F	Sim, para planeamento e investimentos.
G	Sim
H	Muito importante para analisar o desempenho da empresa e poder tomar decisões.
I	Sim, para efetuar análises sobre investimentos
J	Muito importante para analisar o desempenho da empresa e poder tomar decisões.

Em relação à questão, os gestores consideram a informação financeira importante, havendo mesmo quem a considerasse muito importante e fundamental, mas quando se pretende perceber o porquê da sua importância, nalguns casos havia um contornar da questão, sendo um dos principais motivos apresentados para atribuição desta importância a análise do desempenho da empresa.

De modo a perceber porque é que o gestor necessita da informação financeira, procedeu-se ainda à questão de perceber se na tomada de decisão o gestor utiliza essa informação encontrando-se refletido no Quadro 3.12 as respostas obtidas.

Quando se passa para a questão de perceber se na tomada de decisão o gestor utiliza essa informação financeira, a grande parte dos inquiridos respondem que sim, utilizando-a sobretudo para a tomada de decisões, ao nível do planeamento da atividade e dos *stocks*, mas também nas decisões de investimento e sobre o desempenho. É de salientar duas respostas interessantes, uma, da empresa F, que o gestor respondeu que não utilizava a informação financeira extraída da contabilidade, porque esta não traduzia a realidade da empresa e da atividade, para a sua tomada de decisão utilizava uma “contabilidade por ele elaborada”.

Conforme foi referido na revisão da literatura, a validade da informação depende da credibilidade da fonte e da capacidade de verificar a sua exatidão (Pinheiro e Lopes, 2012). Em relação a esta questão Gouveia *et al.* (2015) no seu estudo sobre a utilidade da informação financeira para as microentidades, conclui que 77% dos inquiridos concordam que a informação contabilística é de confiança.

O outro gestor, da empresa G, apesar de responder que a informação financeira era importante, mas sem explicar o porquê, afirmou que utilizava a informação se fosse preciso, mas como toda a atividade estava concentrada nele, não sentia a necessidade para a sua utilização. Refere-se ainda em relação a esta parte das questões, que houve um caso em que o entrevistado não respondeu à questão de utilização da informação financeira na tomada de decisão por duas razões, uma a empresa é recente com apenas um ano de atividade, o que se considera não excluir a utilização da informação financeira, a outra, como se irá verificar nas questões seguintes, o entrevistado afirmou que não recebe informação financeira por parte do contabilista.

Quadro 3.12: A utilização da informação financeira pelo gestor na tomada de decisão na perspetiva do gestor

Empresas	Na tomada de decisões, utiliza a informação financeira?
A	Sim.
B	Sim, como saber saldos, e volume de negócios para influenciar fornecedores.
C	Sim, por exemplo em termos de investimento.
D	É necessário para a gestão, como planeamento e gestão de <i>stocks</i> .
E	Sim, toma decisões consoante o desempenho.
F	Não, a informação financeira fornecida pela contabilidade não traduz a realidade.
G	Sim, quando é preciso, mas como sabe tudo da atividade, não sente grande necessidade nessa informação.
H	Não recebe informação.
I	Sim, na gestão previsional.
J	Sim, na tomada de decisão para a aplicabilidade dos meios líquidos da empresa.

Com o intuito de melhor perceber as necessidades sentidas pelos gestores relativamente à informação financeira fornecida pela contabilidade, apresenta-se nos Quadros 3.13 e 3.14, as duas questões anteriores sendo desta vez respondidas por contabilistas, cruzando assim as respostas gestor-contabilista. No Quadro 3.13 apresentam-se as respostas à primeira questão, se os contabilistas percebem que os gestores das microentidades consideram a informação financeira importante.

Quadro 3.13: A importância da informação financeira para a gestão na perspectiva do contabilista

Contabilistas	O gestor considera a informação financeira importante? Porquê?
A	Não, a maioria dos gestores das microentidades não têm interesse na informação financeira.
B	O gestor domina a atividade, raramente utiliza a informação financeira.
C	Poucos gestores utilizam a informação financeira, talvez a camada mais jovem tenha maior interesse na informação financeira.
D	Sim, para a obtenção de financiamentos, para a análise do crescimento da empresa, para saber dos impostos a pagar.
E	Sim, nalguns casos apenas. Os gestores utilizam-na para avaliar a necessidade de financiamentos, analisar as rotações de <i>stocks</i> .
F	Sim, para manter uma boa relação com a banca.

Reforçando as respostas à questão anterior, inquiriram-se igualmente os contabilistas se na sua opinião os gestores utilizam e de que forma a utilizavam a informação financeira, evidenciando-se no Quadro 3.14 essas respostas.

Relativamente a estas questões, a opinião dos contabilistas não é consensual, pois na questão se os gestores consideram a informação financeira importante, a opinião divide-se uma vez que metade dos contabilistas considera que os gestores não utilizam ou quanto muito raramente a utilizam, considerando a outra metade que sim, que os gestores utilizam-na nem que seja para manter uma boa relação com os bancos (para a obtenção de financiamento). Na questão da utilização da informação na tomada de decisão podemos verificar que apenas dois contabilistas consideram que os gestores utilizam a informação financeira, considerando os

outros quatro que os gestores não utilizam essa informação, apesar de um dos contabilistas afirmar que os gestores são pessoas de grande valor na sua atividade, mas não têm a capacidade de leitura deste tipo de informação, sendo mais uma obrigação de responder ao fisco. O mesmo contabilista afirma que quando os gestores das microentidades afirmam que consideram útil a informação financeira na tomada de decisão, na sua maioria o fazem por “vergonha” da sua incapacidade de compreensão de tal informação.

Quadro 3.14: A utilidade da informação financeira na tomada de decisão pelo gestor na perspetiva do contabilista

Contabilista	Considera que os gestores utilizam a informação financeira na tomada de decisão?
A	Não. A preocupação base é ao nível fiscal. Nem para avaliar os investimentos querem acompanhamento contabilístico.
B	Na frente das microentidades estão pessoas de grande valor na sua atividade, mas do ponto de vista financeiro não possuem conhecimentos para ler essa informação.
C	De um modo geral, os gestores não utilizam essa informação.
D	Sim, principalmente a Demonstração dos Resultados para a tomada de decisão acerca do crescimento da empresa.
E	Sim, nalguns casos os gestores utilizam-na para avaliar as necessidades de financiamento e analisar a rotação de <i>stocks</i> .
F	Não, a informação financeira representa apenas uma obrigação fiscal.

Para Serrasqueiro e Nunes (2004), a maioria dos gestores possuem poucos conhecimentos na área financeira, tendo por isso dificuldade de compreensão da informação financeira, utilizando mais a experiência e a intuição.

Gouveia *et al.* (2015) conclui no seu estudo que a utilização da informação contabilística é mais frequente em empresas de transformação, e em que os gestores têm formação superior, principalmente na área económica. Também no estudo de Alves (2008), os resultados obtidos indicavam que 68% dos inquiridos utilizavam a informação financeira na tomada de decisões estratégicas, sendo esta solicitada propositadamente, e o seu impacto era decisivo ou pelo menos importante. No presente estudo efetuado, as empresas envolvidas pertencem ao setor

terciário e não secundário e a formação dos gestores, apesar de cinco terem formação superior, mas não é na área financeira.

Ao contrário, no estudo de Santos (2009), a informação financeira não é útil para a gestão, devido sobretudo ao desfasamento temporal com que é elaborada a contabilidade, e também ao facto de não ser de fácil compreensão, sendo por isso desvalorizado e não considerada como a mais importante. Apesar de todos os gestores intervenientes no estudo considerarem que necessitam de informação sobre a atividade, quanto devem, quanto lhes é devido, planear eventuais necessidades de capital, apenas quem tem formação na área financeira é que necessita de informação periódica dos seus resultados.

De um modo geral, a informação financeira é útil para os gestores das microentidades, confirmando o estudo feito por Gouveia *et al.* (2015), em que obteve 88% dos inquiridos considerou a informação financeira importante, e assim como no estudo de Serrasqueiro e Nunes (2004), mas em oposição do estudo de Santos (2009) que nos casos estudados, os gestores não sentiam necessidade da informação financeira.

Uma vez que a Demonstração de Fluxos de Caixa não pertence ao grupo de demonstrações financeiras obrigatórias para as microentidades, questionaram-se os gestores acerca do seu interesse neste tipo de informação, traduzindo-se no Quadro 3.15 as respostas obtidas à questão se o gestor considera a informação da Demonstração de Fluxos de Caixa como necessária à atividade.

Nas respostas à questão se a informação dada pela Demonstração de Fluxos de Caixa é necessária para a atividade, cinco dos dez entrevistados afirmam não ter necessidade dessa informação. Em relação aos restantes cinco entrevistados, a empresa F não respondeu a esta questão pelos motivos apontados na questão anterior, assim como a empresa G. Os outros três consideram esta informação como sendo necessária, principalmente o gestor da empresa J (com a atividade de restauração), que afirma que sente muita necessidade neste tipo de informação.

Quadro 3.15: A necessidade da Demonstração de Fluxos de Caixa, na perspectiva do gestor

Empresas	A informação da Demonstração de Fluxos de Caixa é necessária para o gestor?
A	Não, porque tem esse tipo de informação através do programa informático.
B	Não tem necessidade dessa informação.
C	Não tem necessidade dessa informação.
D	Não tem necessidade dessa informação.
E	Não tem necessidade dessa informação.
F	-
G	-
H	Sim.
I	Sim.
J	Sim, na gestão desta atividade existe muita necessidade da informação de fluxos de caixa.

Relativamente à questão da necessidade da Demonstração de Fluxos de Caixa, questionaram-se igualmente os contabilistas se consideravam esta informação necessária para o gestor de uma microentidade, sendo as respostas apresentadas no Quadro 3.16.

Quadro 3.16: A necessidade da Demonstração de Fluxos de Caixa para o gestor na perspectiva do contabilista

Contabilistas	A informação da Demonstração de Fluxos de Caixa é necessária para o gestor?
A	Não.
B	Não.
C	Não tem interesse para as microentidades.
D	Poderia ser, mas não é de fácil entendimento.
E	Sim, mas o gestor deverá ter alguma formação financeira para conseguir ler e entender essa informação.
F	Não.

Também os contabilistas consideram que a Demonstração de Fluxos de Caixa não é considerada uma informação necessária ao gestor, dois até consideram que talvez trouxesse

utilidade aos gestores, no entanto estes teriam que ter alguma formação financeira para poder ler e entender esta informação ou então ser elaborado de modo mais acessível.

Efetuada a comparação da informação obtida com outros estudos efetuados verifica-se que no estudo de Gouveia *et al.* (2015) apenas 34% das microentidades utilizam a Demonstração de Fluxos de Caixa. Por sua vez, no estudo de Santos (2009), três dos dez casos estudados referem que possuem *software* específico, que lhes dá a informação que necessitam, mas dois dos casos referem que os números importantes que necessitam têm-nos com base nos seus registos e notas, não necessitando da informação contabilística, situação semelhante ao caso da empresa H. No estudo de Moreira *et al.* (2013) considera-se haver uma relação negativa entre a importância atribuída à contabilidade e o nível de informatização da empresa, pois as informações geradas internamente fazem com que os gestores não valorizem as informações da contabilidade.

3.3.3. Avaliar a correspondência entre as necessidades sentidas e a informação produzida

Relativamente à questão de avaliar a correspondência entre as necessidades sentidas e a informação produzida pela contabilidade, apresenta-se a questão que pretende saber se a informação recebida pela contabilidade é suficiente, transcrevendo-se no Quadro 3.17 as respostas obtidas a esta questão.

Observando as respostas dos inquiridos, verifica-se que mais de 50% dos entrevistados respondem que a informação recebida pela contabilidade é suficiente, correspondendo a 6 respostas dos 10 entrevistados.

Outros três entrevistados não consideram a informação da contabilidade suficiente, levantando questões de certa forma pertinentes. No caso da empresa F, como considera que a contabilidade não reflete a realidade da empresa, considera existir divergência entre a informação fornecida e as necessidades sentidas pela gestão. Em relação à empresa G, o gestor afirma que não tem interesse, uma vez que possui um conhecimento total da atividade, pois nele estão centradas todas as funções da empresa. A empresa H refere que não recebe informação por parte da contabilidade, existindo falta de informação. O gestor da empresa J afirma que a informação não é suficiente e sobretudo não é fornecida atempadamente. Quando sente necessidade de informação por parte da contabilidade tem que a solicitar.

Quadro 3.17: A correspondência na informação financeira recebida pelo gestor

Empresas	A informação recebida pela contabilidade é suficiente para a tomada de decisão?
A	É suficiente, no entanto fazem internamente uma compilação de determinados elementos que lhe são necessários para a atividade.
B	É suficiente.
C	É suficiente.
D	É suficiente.
E	É suficiente.
F	Existe divergência entre a informação fornecida e as necessidades sentidas pela gestão.
G	Não tem grande interesse, uma vez que tem conhecimento total do negócio.
H	Não recebe informação da contabilidade.
I	É suficiente.
J	Não é suficiente e principalmente não é dada atempadamente. A informação tem que ser solicitada.

Analisando por sua vez, a opinião que os contabilistas têm acerca da informação financeira recebida pelo gestor corresponder às suas necessidades para a tomada de decisão, apresentam-se no Quadro 3.18 as respostas obtidas a esta questão dos contabilistas.

Quadro 3.18: A correspondência na informação financeira recebida pelo gestor, na perspetiva do contabilista

Contabilistas	A informação fornecida ao gestor é suficiente para a tomada de decisão?
A	Sim, para a maioria dos gestores é suficiente.
B	Para as microentidades a informação fornecida é suficiente.
C	Sim. Desde que queiram utilizar essa informação, ela é suficiente.
D	Sim, para a grande maioria das microentidades é suficiente.
E	Para se ter uma boa gestão a informação financeira não é suficiente, devendo os gestores nesse caso obter informação complementar extra contabilística, como por exemplo estudos de mercado.
F	Sim, é suficiente.

Neste caso, os contabilistas possuem uma opinião quase unânime pois, à exceção de um, todos eles consideram a informação fornecida suficiente, mesmo para aqueles gestores que a queiram utilizar. Existe, no entanto, um dos contabilistas que considera que para uma boa gestão a informação financeira só por si não é suficiente, o gestor deverá munir-se de outras informações extra contabilísticas para melhor tomar decisões.

Conforme já foi referido, e de acordo com o estudo de Gouveia *et al.* (2015), 77% dos gestores discordam que a contabilidade não é de confiança e apenas 30% referem que a contabilidade não entrega informação (situação referida pelo gestor da empresa H) ou que está insuficiente (situação referida pelo gestor da empresa J).

Para Alves (2008) já a maior parte dos gestores a utilizam, principalmente nas decisões estratégicas, sendo esta solicitada propositadamente.

Relativamente à opinião dos contabilistas entrevistados e no seguimento da questão anterior, estes consideram que para as necessidades sentidas pelos gestores a informação fornecida é suficiente. No entanto, não quer dizer com isso que não haja exceções, e que não exista um ou outro caso que solicite mais informação, mais concretamente alguns esclarecimentos sobre determinadas rubricas da informação fornecida.

Com o intuito de melhor perceber se existe correspondência entre a informação necessária ao gestor para a tomada de decisões e a que é produzida pela contabilidade, questionou-se também acerca da importância que os gestores atribuíam às demonstrações financeiras. Como já foi referido, apesar da Demonstração de Fluxos de Caixa não fazer parte do conjunto de demonstrações financeiras obrigatórias, esta informação foi considerada na questão seguinte a fim de aferir a importância que gestor atribui às demonstrações financeiras, encontrando-se refletidas no Quadro 3.19 as respostas dos gestores.

Ao observar o Quadro 3.19, verificamos que 50% dos inquiridos, mais concretamente cinco em dez, consideram que a informação fornecida por parte da contabilidade tem toda a mesma importância, no entanto um destes cinco inquiridos considera que essa importância está relacionada com o fator tempo, pois se for para análise e tomada de decisões do dia-a-dia, prefere a Demonstração de Fluxos de Caixa, mas se por sua vez, for para fazer uma análise do ano, a sua preferência incide sem dúvida no Balanço e na Demonstração dos Resultados. Dos restantes entrevistados, dois dão maior importância aos balancetes que recebem periodicamente, um dos entrevistados dá maior importância à Demonstração dos Resultados

porque lhe dá o desempenho da empresa ao longo do ano, e dois não conseguem atribuir graus de importância a esses meios de informação.

Quadro 3.19: A importância das demonstrações financeiras atribuídas pelo gestor

Empresas	Qual a demonstração financeira a que atribui maior importância?
A	A informação fornecida tem toda a mesma importância.
B	A informação fornecida tem toda a mesma importância.
C	A maior importância aos balancetes.
D	A informação fornecida tem toda a mesma importância.
E	A maior importância aos balancetes.
F	Não consegue atribuir graus de importância.
G	Não consegue atribuir graus de importância.
H	Demonstração dos Resultados.
I	A informação fornecida tem toda a mesma importância.
J	Possuem importâncias diferenciadas consoante os momentos. Prefere a Demonstração de Fluxos de Caixa para o dia-a-dia. Balanço e Demonstração dos Resultados para a análise anual.

Idêntico procedimento tido com os gestores foi efetuado em relação aos contabilistas, averiguando-se através da questão seguinte a opinião dos contabilistas sobre a importância que os gestores atribuem às demonstrações financeiras, transcrevendo-se as respostas através do Quadro 3.20.

Dois dos contabilistas afirmam que os gestores não atribuem importância às demonstrações financeiras, mas três consideram que eles atribuem, e desses dois consideram que os gestores dão maior importância ao Balanço e em segundo lugar à Demonstração dos Resultados. No outro caso, o contabilista considera que é a Demonstração dos Resultados que tem maior importância para os gestores seguido do Balanço. Existe porém um contabilista que considera que os gestores não dão importância às demonstrações financeiras, mas na empresa (de contabilidade) à qual pertence, é elaborado trimestralmente um mapa de exploração com a informação das margens da empresa, contendo poucas rubricas e de mais fácil compreensão, o qual é mais apreciado pelos gestores das microentidades.

Quadro 3.20: A importância das demonstrações financeiras atribuídas pelo gestor na perspectiva do contabilista

Contabilistas	Qual a demonstração financeira que o gestor atribui maior importância?
A	Considera que os gestores das microentidades não atribuem importância às Demonstrações Financeiras.
B	Não têm diferentes graus de importância. Não a consideram como importante.
C	Nenhuma delas. Preferem o mapa de exploração que é fornecido pela contabilidade, com as margens obtidas e como tem poucas rubricas é de mais fácil compreensão.
D	Atribuem maior importância à Demonstração dos Resultados, depois ao Balanço e talvez por último (e só nalguns casos) a Demonstração de Fluxos de Caixa.
E	Atribuem maior importância ao Balanço, depois Demonstração dos Resultados e por fim a Demonstração de Fluxos de Caixa.
F	Dão maior importância ao Balanço e depois à Demonstração dos Resultados.

O estudo de Gouveia *et al.* (2015) considera que o Balanço e a Demonstração dos Resultados são a informação mais utilizada, uma vez que 76% das microentidades do referido estudo utilizam-na. A segunda fonte de informação mais utilizada são mapas e gráficos em *excel* com 38,5%, a Demonstração de Fluxos de Caixa e os rácios económico-financeiros são utilizados por não mais de 34% das microentidades, e a análise de desvios orçamentais é utilizado por 24% destas entidades. Também para Santos (2014), é atribuído um grau de importância muito elevado a todas as demonstrações financeiras pelos gestores, mas sobressaindo o Balanço e a Demonstração dos Resultados em detrimento da informação do anexo.

No caso do estudo de Albuquerque *et al.* (2013), os preparadores da informação atribuíram maior importância à utilização, em primeiro lugar, do Balanço, e da Demonstração dos Resultados, seguido pela Demonstração de Fluxos de Caixa (embora não se trate de uma informação obrigatória para as microentidades).

Ainda para Gouveia *et al.* (2015) o fator procura poderá ser uma razão para a não utilização da informação financeira, por outras palavras, «gestores mais fracos e menos exigentes

desvalorizam a informação financeira, [...] gestores mais fortes, que fazem maiores exigências aos preparadores, obtêm a informação que necessitam, valorizam mais essa informação» (Gouveia *et al.*, 2015: 95). Os gestores deste estudo consideram ainda que a falta de conhecimentos na área financeira é a principal razão para a não utilização da informação financeira, tendo a noção de que para compreenderem melhor a informação necessitavam de alguns conhecimentos financeiros e até acreditam que com esses conhecimentos poderiam obter melhores resultados na empresa.

De acordo com Santos (2009), a maior parte dos gestores com formação financeiras recebem mensalmente um balancete, mas não o utilizam como elemento para a gestão.

Segundo Gouveia *et al.* (2015) existe uma ideia generalizada que a maioria dos gestores das microentidades não atribui importância à informação fornecida pela contabilidade, citando o estudo de Carvalho (2013 *apud* Gouveia, 2015)¹⁵ os contabilistas certificados consideram que os gestores atribuem pouco ou mesmo nenhuma importância à informação financeira e não a consideram como ferramenta de auxílio ao controlo interno. Tal facto é também confirmado por Moreira *et al.* (2013) que conclui no seu estudo que na maioria dos casos o processo de decisão tem por base a própria experiência e em alguns casos a intuição, sendo os relatórios financeiros apenas para cumprimento das obrigações legais, em vez de fornecer ao gestor informações uteis para o processo de tomada de decisão. A mesma opinião é partilhada por Winborg (1996 *apud* Serrasqueiro e Nunes, 2004)¹⁶ que afirma que existem evidências que gestores com mais experiência, na maior parte das decisões têm por base a intuição, sendo mais valorizada a experiência adquirida do que os dados fornecidos pela contabilidade. No entanto, no estudo de Gouveia *et al.* (2015) os autores concluem que apesar de os gestores com formação na área económica apresentarem elevados níveis de utilização da informação, não se pode excluir os outros gestores da não utilização.

Também Baas e Schrooten (2005), no seu estudo da relação da banca às PME, concluem que a informação relativa à posição financeira (Balanço) é, geralmente, menos utilizada que a informação relativa à posição do desempenho (Demonstração dos Resultados).

¹⁵ Carvalho, C. A. L. (2013) Procedimentos contabilísticos e controlo interno, Tese de Mestrado não publicada, ISCAP-Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

¹⁶ WINBORG, J. (1996); “*Financial Planning Activity in Small Firms – The Use of Formal Financial Budgets*”, International Council on Small Business, 41st World conference – Stockholm, June, pp. 16-19.

3.3.4. A percepção da mudança de normativo contabilístico ocorrido em 2010

Tendo havido, em 2010, uma mudança de normativo contabilístico, procedeu-se à averiguação se os gestores tiveram a percepção desta mudança. O Quadro 3.21 apresenta as respostas obtidas pelos gestores acerca da sua percepção relativa à mudança de normativo contabilístico e da sua utilidade.

Quadro 3.21: Percepção tida pelo gestor na mudança de normativo contabilístico em 2010 e sua utilidade

Empresas	Em 2010 houve a mudança de normativo contabilístico, percebeu essa mudança? Acha que foi útil?
A	Não teve a percepção da mudança e não percebeu a utilidade.
B	Na altura deve ter sido informado, mas já não se lembra. Mas se ela existiu, deve ter tido utilidade.
C	Não teve a percepção da mudança e não percebeu a utilidade.
D	Sim, mas não tem percepção da sua utilidade.
E	Não teve a percepção da mudança e não percebeu a utilidade.
F	Não teve a percepção da mudança e não percebeu a utilidade.
G	Não teve a percepção da mudança e não percebeu a utilidade.
H	Não teve a percepção da mudança e não percebeu a utilidade.
I	Não teve a percepção da mudança e não percebeu a utilidade.
J	Não teve a percepção da mudança e não percebeu a utilidade.

Dos dez entrevistados, nove não tiveram a percepção da mudança do normativo que se verificou em 2010 com a transição do POC para o SNC, chegando alguns deles a afirmar que essa alteração é com o contabilista e não com eles. Um destes nove entrevistados afirmou que deve ter sido informado, porque o seu contabilista tem por hábito informar esse tipo de situações, mas não têm essa percepção da mudança. Apenas um afirma que teve a percepção da mudança de normativo, mas não tem a percepção da sua utilidade.

Por sua vez, também se tentou perceber através dos contabilistas se consideram que os gestores das microentidades tiveram em 2010 a percepção da mudança de normativo. O Quadro 3.22 ilustra as respostas obtidas nesta questão.

Quadro 3.22: Percepção tida pelo gestor na mudança de normativo contabilístico em 2010 e sua utilidade, na perspectiva do contabilista

Empresas	Em 2010 houve a mudança de normativo contabilístico, considera que o gestor teve essa percepção? Foi considerada útil?
A	Nessa altura deu formação aos gestores, mas a maior parte não lhe atribuem qualquer importância, considerando um problema do contabilista.
B	Os gestores das microentidades não tiveram a percepção da mudança de normativo.
C	Os gestores das microentidades não tiveram a percepção da mudança de normativo.
D	Julga que sim, mas na sua grande maioria os gestores não a consideram útil.
E	Muito poucos podem ter tido essa percepção, visto ser uma alteração contabilística e não de gestão.
F	Os gestores das microentidades não tiveram a percepção da mudança de normativo.

Na opinião dos contabilistas certificados, estes consideram que os gestores não tiveram, nem têm, a percepção da mudança do normativo, um dos contabilistas afirmou que na altura promoveu uma sessão de esclarecimento aos gestores, no entanto, na sua grande maioria não demonstraram qualquer interesse pelo tema, pois este é “um problema do contabilista”, indo de encontro às afirmações de alguns dos gestores entrevistados. Apenas um dos contabilistas afirmou que os gestores tiveram a percepção da mudança, considerando no entanto, que a maioria dos gestores não lhe atribuíram qualquer utilidade.

Referente a esta questão do normativo contabilístico, no estudo de Santos (2009), alguns dos gestores sem formação na área referiram que as normas podiam utilizar palavras mais simples de forma a tornar também os conceitos mais simples, no entanto houve outros que corroboram com o presente estudo considerando que têm toda a informação que necessitam sem recorrer à contabilidade, sendo por isso uma preocupação do contabilista e não deles.

4. Conclusões

Neste capítulo apresentam-se as principais conclusões a tirar no âmbito do estudo empírico, que visam responder às hipóteses definidas, assim como apresentar as principais limitações sentidas pela autora na elaboração deste trabalho. Por fim são apresentadas as sugestões para investigações futuras.

4.1. Resposta às questões de investigação

Neste ponto procura-se responder às questões derivadas bem como à questão de partida da presente investigação e que motivou o estudo realizado.

A primeira questão derivada colocada foi:

Quais são os principais utilizadores da informação financeira das microentidades?

Podemos concluir que para o gestor ele é o grande utilizador da informação financeira produzida pela contabilidade.

Objetivo	Resposta principal	Respostas secundárias
Objetivo 1: Identificar os principais utilizadores da informação reportada pelas microentidades em Portugal, na ótica dos seus gestores	Gestor e Bancos	Estado, Fornecedores e Concorrência

Curiosamente, ao contrário da maior parte da literatura, o Estado, não foi considerado como utilizador, talvez porque ao se enviar todas as obrigações fiscais por via eletrónica, os gestores acabam por esquecer que este também é um dos principais utilizadores da sua informação. O Banco, ou instituições bancárias são considerados como utilizadores, apenas por alguns gestores, mas muitos afirmam que neste momento não possuem relações que impliquem aos Bancos serem considerados como utilizadores da informação financeira., situação possivelmente justificada pela maior dificuldade que atualmente se faz sentir de acesso ao crédito. Existe ainda uma situação, em que o gestor que faz referência aos fornecedores e à concorrência.

Relativamente a esta questão, considera-se não existir total concordância entre a perspetiva do gestor e a dos contabilistas certificados. De facto, apesar de gestores e contabilistas nomearem

os mesmos utilizadores não o fazem pela mesma ordem nem lhe atribuem a mesma importância. Enquanto os gestores consideram como utilizadores o gestor mas também os Bancos, na opinião dos contabilistas o principal utilizador são os Bancos, elencando alguns também o gestor, ou seja dão primazia aos bancos e só em alguns casos consideram o gestor também como utilizador, existindo uma relação de inversão entre estes dois grupos de entrevistados.

Questão	Gestores	Contabilistas
Utilizadores da informação financeira	Gestor, Bancos, Estado e Fornecedores	Bancos, Gestor e Estado

No que respeita à segunda pergunta derivada:

Quais são as necessidades de informação sentidas pelos gestores das microentidades?

Podemos concluir que, de uma forma geral, os gestores das microentidades têm necessidades da informação financeira principalmente, para melhor perceberem a evolução da empresa, assim como para decisões de planeamento, nomeadamente ao nível dos *stocks*, e para a tomada de decisão nos investimentos. Não demonstram necessidade de outro tipo de informação, nem mesmo de uma informação de fluxos monetários, uma vez que hoje em dia existe *software* que dá essa informação de tesouraria. A maior necessidade sentida é de receberem a informação atempada.

No entanto, apesar de considerarem a informação financeira obtida através da contabilidade importante, quando se tenta perceber de que forma é importante para gestão, aí já existem divergências, afirmando muitas vezes que a informação financeira é importante para saber o volume de negócios. Ora, hoje em dia, a faturação de uma empresa, tem que ser feita através de programa de faturação, certificado pelas Finanças e, ao momento, consegue-se saber o volume de negócios.

Objetivo	Resposta principal	Respostas secundárias
Objetivo 2: Conhecer as necessidades de informação para os gestores das microentidades.	Os gestores necessitam da informação financeira para efetuarem planeamentos, para analisar o desempenho da empresa, e nalgumas situações da posição da empresa para a obtenção de investimentos, ou negociações com fornecedores.	De um modo geral, os gestores não têm necessidade relativa à informação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nas questões que pretendiam determinar a importância e utilização da informação financeira por parte dos gestores, gestores e contabilistas apresentam um maior desacordo, nem mesmo dentro do próprio grupo de entrevistados existe consenso. De um modo geral os gestores consideram a informação financeira importante e utilizam-na na tomada de decisão. Consideram-na importante para análise da evolução da empresa, como para fazerem planeamentos, sobretudo no que se refere ao planeamento de *stocks*. No entanto, só parte dos contabilistas corrobora com esta posição dos gestores, sendo os restantes contabilistas da opinião que os gestores não dão importância à informação financeira e como tal não a utilizam na tomada de decisão.

Questões	Gestores	Contabilistas
A importância e a utilidade da informação financeira	Importante. Utilizada principalmente para decisões sobre desempenho, planeamento e investimento. É atribuída de um modo geral a mesma importância às Demonstrações Financeiras	Opinião dividida. Metade é da opinião que o gestor considera importante, no entanto a maioria considera que a informação não é utilizada pelo gestor.

A terceira pergunta derivada é a seguinte:

A informação que é produzida pelas microentidades satisfaz as necessidades dos seus gestores?

Analisando se a informação que é produzida satisfaz os gestores, percebemos que a grande maioria dos gestores consideram que a informação financeira existente é suficiente para a tomada decisão. Na pergunta se a demonstração de fluxos de caixa seria uma informação essencial para a gestão, com a exceção da empresa cuja atividade é a restauração, a necessidade

da Demonstração de Fluxos de Caixa não é premente. Apesar de alguns gestores considerarem que terem este tipo de informação poderia ser interessante, existem também aqueles que não necessitam por possuírem *software* que lhes dá essa informação. Os gestores, na sua maioria, atribuem às demonstrações financeiras a mesma importância, não atribuindo a nenhuma delas uma importância superior.

Conclui-se, assim, que a grande parte dos gestores consideram a informação produzida pela contabilidade suficiente, não necessitando de mais informação. No entanto existem alguns gestores que acham que a informação não é suficiente, mas principalmente não é fornecida em tempo útil.

Objetivo	Resposta principal	Respostas secundárias
Objetivo 3: Avaliar a correspondência entre as necessidades sentidas pelos gestores das microentidades e a informação que é produzida.	Para a grande maioria dos gestores a informação produzida é suficiente, correspondendo às necessidades sentidas pelos gestores.	Existem alguns casos em que o gestor considera insuficiente a informação produzida, considerando ainda que a informação não é produzida em tempo útil.

Relativamente a esta questão, averiguando a correspondência das respostas entre gestores e contabilistas relativo às questões de determinar a necessidade diferentes de informação daquelas que são fornecidas pela contabilidade, as opiniões são de um modo geral convergentes, sendo considerada suficiente a informação produzida pela contabilidade, não havendo necessidade de outro tipo de informação, nem mesmo da Demonstração de Fluxos de Caixa.

Questões	Gestores	Contabilistas
Avaliar a satisfação de necessidades de informação financeira	A informação fornecida pela contabilidade é considerada de um modo geral suficiente, não existindo necessidade de outro tipo de informação.	A informação fornecida pela contabilidade é considerada de um modo geral suficiente, não existindo necessidade de outro tipo de informação.

No que respeita à percepção sobre a utilidade do novo normativo foi definida a seguinte questão de investigação:

A utilização do NCM é percebida pelos gestores das microentidades como sendo mais útil que o anterior normativo?

No que concerne à utilidade percebida pelos gestores das microentidades quanto à utilização do novo normativo, os gestores, na sua grande parte, não tiveram a percepção da mudança, tendo apenas um deles afirmado que tinha tido essa percepção, mas não da sua utilidade. Os gestores consideram que a mudança de normativo contabilístico é um “problema do contabilista” e não deles.

Objetivo	Resposta principal	Respostas secundárias
Objetivo 4: Perceber qual é a utilidade percebida pelos gestores das microentidades quanto à utilização do novo normativo.	De um modo generalizado, os gestores não tiveram a percepção da mudança do normativo contabilístico.	Os poucos casos que possam ter tido a percepção, não lhe conseguem atribuir qual a utilidade.

Nesta questão, as opiniões dos dois grupos de entrevistados estão de um modo geral em concordância, referindo que não houve essa percepção para a mudança de normativo e mesmo quando tenha havido alguma percepção, não foi considerada como útil, considerando quer gestores quer contabilistas que esse é “um problema do contabilista”.

Questões	Gestores	Contabilistas
Percepção da mudança de normativo contabilístico	Não foi percebida a mudança, é um problema da contabilidade.	Não foi percebida a mudança, é um problema da contabilidade.

Após as respostas às questões derivadas, apresenta-se a resposta à questão de partida e fundamento do estudo.

Qual é a utilidade da informação financeira para a gestão das microentidades?

A recolha de informação através da entrevista traz proximidade entre o investigador e o entrevistado, devendo para o estudo considerar-se para além das conclusões do estudo o meio envolvente, que neste caso, não estão transcritas na caracterização das empresas, dos gestores e dos contabilistas certificados. Perante as respostas dadas pelos entrevistados, conclui-se que se podem dividir os gestores em três grupos. Um grupo dos gestores que criaram o seu próprio posto de trabalho, para si e quanto muito para mais um ou dois familiares diretos, o seu

objetivo é ter uma fonte rendimento que sustente o seu dia-a-dia. Este grupo considera a informação financeira importante, apenas porque é socialmente correto dizer ou porque é bonito receber essa informação, aquilo que em psicologia se chama de “desejabilidade social”. «Crowne e Marlowe (1960 *apud* Oliveira, 2013: 2)¹⁷ referem que o sujeito dá a resposta que julga socialmente melhor, ou que está em maior conformidade com a cultura vigente». A tomada de decisão assenta mais no conhecimento da atividade, uma vez que toda a atividade passa por eles, do que da análise da informação financeira. Neste grupo de gestores, existe a evidência de ser constituído por pessoas de idade mais avançada e com habilitações literárias mais baixas.

Outro grupo de gestores, apesar de criar o seu posto de trabalho, tem a perspetiva de progressão e desenvolvimento da empresa. Por vezes estão já inseridos noutras empresas e para esses toda a informação é escassa, sentindo sempre que necessitam de mais e mais informação. Apesar de neste caso, a informação não ser suficiente, também não é para o gestor, fornecida atempadamente, havendo sempre um desfasamento temporal entre os acontecimentos e a sua tradução em termos contabilísticos. Existem evidências que este grupo de gestores, ao contrário do grupo anterior, é constituído por pessoas mais jovens e com habilitações literárias superiores.

Por fim, existe um terceiro grupo de gestores, a sua maioria, que se situa a meio dos dois grupos anteriormente referidos, vão levando a atividade, considerando a informação financeira importante, e utilizando essa informação para algumas situações de tomada de decisão.

Estudos anteriores tinham concluído que os gestores das microentidades não demonstravam possuir grande interesse pela informação financeira produzida. No entanto, e de acordo com o estudo efetuado a conclusão é bem diferente, podendo-se concluir que existe um evoluir do interesse muito positivo pela informação financeira. Este facto pode ser justificado quer por gestores mais jovens, com outra perspetiva empresarial, com outro nível de habilitações literárias, mas também pelas dificuldades sentidas com a presente crise, que obriga os gestores a munirem-se de toda a informação para melhor responderem as dificuldades.

¹⁷ CROWNE, D. P., e MARLOWE, D. (1960) – A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349-354.

Assim, a conclusão final deste estudo é que, de uma forma geral, os gestores consideram a informação financeira útil, necessitando dela para a tomada de decisão. Apesar de os contabilistas não serem unânimes nesta perceção, existindo alguns que consideram que os gestores utilizam a informação financeira na tomada de decisões, também existem outros contabilistas certificados que consideram que os gestores não utilizam a informação financeira.

4.2. Limitações do estudo

No presente estudo, a grande limitação sentida foi o tempo disponível, que não tornou possível dirigir o questionário a uma amostra representativa do universo em análise, a que acresceu a pouca disponibilidade dos próprios interlocutores que muito limitou o número de casos estudados

Nos estudos sobre microentidades além do grande número de empresas, existe sempre o fator da disponibilidade do proprietário / gestor, pois são sempre muito poucos os que aderem a este tipo de estudo.

4.3. Sugestões para possíveis investigações futuras

São bastantes escassos os estudos conhecidos sobre microentidades. Atendendo ao seu número e à falta de disponibilidade dos seus proprietários / gestores, todos os estudos feitos sobre estas entidades serão sempre bem acolhidos. Um estudo mais abrangente com um maior número de casos, a fim de confirmar ou não as conclusões deste estudo, seria interessante. Até mesmo fazendo uma triangulação de entrevistados, gestores, contabilistas certificados e bancos.

Também com a aprovação do Decreto-Lei n.º 98/2015, a simplificação e redução das divulgações, seria interessante verificar de que modo, estas alterações são percecionadas pelos proprietários / gestores, e também pelos seus contabilistas, principalmente na perceção da elaboração do relatório de gestão. Será que esta diminuição de procedimentos será percecionada como útil pelos gestores? Ou será antes uma simplificação para os seus contabilistas?

Referências bibliográficas

- AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS (AICPA) – **An Introduction to the Financial Reporting Framework for Small and Medium Sized Entities. For Financial Statement Users.** [Em linha] June 2013. [Consult. 27 dez 2015] Disponível em: http://www.aicpa.org/InterestAreas/FRC/AccountingFinancialReporting/PCFR/DownloadableDocuments/FRF-SME/FRFforSMEs_Introduction_CPAs.pdf.
- ALBUQUERQUE, Fábio; TEXEIRA QUIRÓS, Joaquín; JUSTINO, Maria – **A Utilidade da Informação Financeira: Um estudo empírico sob a perspetiva dos preparadores da informação financeira em Portugal.** Lisboa. XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. 2013.
- ALMEIDA, Rui; DIAS, Ana; ALBUQUERQUE, Fábio; CARVALHO, Fernando; PINHEIRO, Pedro – Estrutura da Normalização Contabilística Nacional. In **SNC e o Regime da Normalização Contabilística para Microentidades.** Lisboa: ATF-Edições, 2011. ISBN:978-989-96412-4-2. Pág. 11-21.
- ALVES, Maria – **A Contabilidade nas Decisões de Gestão dos Dirigentes Portugueses.** Revista Universo Contábil, Universidade Regional de Blumenau. Brasil. Vol. 4, N.º 3, 2008. Pág. 124-137.
- ALVES, Maria - **As Fontes de Informação do Gestor e os Contributos do Sistema Contabilístico.** Conocimiento, innovación y emprendedores: Camino al futuro. 2007. Pág. 384 – 397.
- ALVES, Maria – **Relevância da informação contabilística – Abordagem teórica e estudo empírico.** Conferência: XIII Jornadas Hispano_Lusas de Gestión Científica-La Empresa Familiar en un Mundo Globalizado. 2003. Pág. 361-370.
- ANG, James – **Small Business Uniqueness and the Theory of Financial Management.** The Journal of Entrepreneurial Finance. Florida State University Volume1. Article 2. 1991.
- ANJOS, Luiz; MIRANDA, Luiz; SILVA, Daniel e FREITAS, Aline – **Utilização da Contabilidade para Otenção de Financiamento pelas Micro e Pequenas Empresas: Um Estudo a partir da Perceção dos Gestores.** XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. 2010.

- ANTÓNIO, Sandra - **O alisamento de resultados e a divulgação voluntária da informação: Estudo de caso para o Grupo Portucel – Soporcel.** [Texto policopiado] Leiria. Instituto Politécnico de Leiria. 2012. Dissertação de Mestrado.
- AZEVEDO, Graça e OLIVEIRA, Jonas – **Transposição para a ordem jurídica interna da diretiva n.º 2013/34/UE.** Revista Toc n.º 185.Lisboa. 2015
- BAAS, Timo e SCHROOTEN, Mechthild. – **Relationship Banking and SMEs: A Theoretical Analysis.** [Em linha] (2005). Working paper. German Institute for Economic Research. [Consult. 17 dez 2015] Disponível em: <http://www.ier.hit-u.ac.jp/Common/publication/DP/DP470.pdf>.
- BARDIN, Laurence – **Análise de Conteúdo.** 5ªed. Lisboa Edições 70. 2011. ISBN: 978-97-44-1506-2.
- BERTONI, Michele. e DE ROSA, Bruno - **An analysis of the possible effects of the introduction of IFRS for small e medium-sized entities.** [Em linha] (2007). Social Science Research Network. [Consult. 17 dez 2015]. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2238644.
- CARDOSO, Luís – **Modelo de Apoio à Decisão para a Gestão de Informação Contabilística.** [Texto policopiado]. Porto. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Fernando Pessoa. 2012. Dissertação de Mestrado.
- COLLIS, Jill e JARVIS, Robin – **How owner-managers use accounts.** [Em linha] The Institute of Chartered Accountants in England & Wales. December 2000. [Consult. 27 dez 2015]. Disponível em: <https://www.icaew.com/~media/corporate/files/technical/research%20and%20academics/publications%20and%20projects/financial%20reporting%20publications/how%20owner%20managers%20use%20accounts.ashx>.
- CORREIA, Sandra – **Qual o desempenho económico-financeiro da minha empresa.** [Em Linha]. Revista Portuguesa de Contabilidade - RPC n.º 16, Vol. IV, Ano 2014 - 4.º Trimestre Artigo originalmente publicado no Boletim Economia e Empresas, nos seus n.ºs 5, 6, 7, 8 e 9.- 01/12/2014. [Consult. 17 dez. 2015]. Disponível em: <http://rpc.informador.pt/artigos/E199.0106/Qual-o-desempenho-economico-financeiro-da-minha-empresa>.
- COSTA, Carlos – **Modelo de Gestão para Micro e Pequenas Empresas** Lisboa. Instituto Universitário de Lisboa. ISCTE Business School. 2010. Projecto de Mestrado.

COUTO, Maria. - **Normativo contabilístico para pequenas e microentidades: Implicações ao nível do Relato Financeiro**. Instituto Politécnico Cávado e Ave. 2012. Dissertação de Mestrado.

DIRECCIÓN GENERAL DE INDUSTRIA Y DE LA PEQUEÑA Y MEDIANA EMPRESA – **Retrato de las PYME 2014**. [Em Linha]. Ministerio de Industria, Energia y Turismo. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em: [http://www.ipyme.org/Publicaciones/Retrato PYME 2014.pdf](http://www.ipyme.org/Publicaciones/Retrato_PYME_2014.pdf).

EUROSTAT – **Statistics Explained Archive. Business and trade statistics, Vol. 3 December 2012**. Publications Office of the European Union. Luxembourg. 2013. ISSN 1977-3951.

FERNANDES, Paulo – **A Responsabilidade das Empresas de Contabilidade na Tomada de decisões Empresariais dos seus Clientes. Estudo de Caso**. Lisboa. Instituto Superior de Gestão (ISEG). 2012. Projecto de Mestrado.

GABÁS TRIGO, F.; MONEVA ABADÍA, J. M.; BELLOSTAS PÉREZ-GRUESO, A. J.; JARNE JARNE, J.I. – **Análisis de la Demanda de Información Financiera en la Coyuntura Actual**. Revista Española de Financiación y Contabilidad. Vol. XXV, n.º 86, pp. 103-137. 1996. ISSN 2102412.

GAGO, Ana; SANCHES, Maria; CORVO, Sara – **Estudo de Caso**. Lisboa. Trabalho efetuado para a unidade curricular de Metodologias de Investigação. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. 2014

GOMES, João; PIRES, Jorge – Regime da Normalização Contabilística para Microentidades (NCM). In **Normalização Contabilística para Microentidades**. Porto: Vida Económica, 2011. ISBN: 978-972-788-409-4. Pág. 19-32

GOUVEIA, Henrique; FERNANDES, Joaquim; GONÇALVES, Cristina – **A Utilidade da Contabilidade para os Gestores das Microempresas**. Lisboa: Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – Contabilidade e Gestão n.º 16. Março 2015. Pág. 77-104.

GRENHA, Carlos; CRAVO, Domingos, BAPTISTA, Luís e PONTES, Sérgio – **Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística**. CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Lisboa. 2009. ISBN: 978-989-95224-5-9

HILL, Manuela; HILL, Andrew – **Investigação por questionário**. 2ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2009. ISBN 972-618-233-9.

HOOPER, Jon – **Transformar Informação em Conhecimento**. Conferência da EFAA. Revista TOC, n.º 184. Lisboa. 2015. Pág. 12-16.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – **Estatísticas Empresas 2013** – Publicações. Lisboa. Edição 2015. ISBN: 978-989-25-0306-6.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB) - **IFRS for SMEs**. [Em Linha] IFRS Foundation Publications Department. London. June (2013). [Consult. 22 nov. 2015]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/IFRS-for-SMEs/Documents/A-Guide-for-Micro-sized-Entities-2013.pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC) - **Micro-Entity Financial Reporting: Some Empirical Evidence on the Perspectives of Preparers and Users**. New York. 2008. ISBN: 978-1-934779-02-6.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC) - **Micro-Entity Financial Reporting: Perspectives of Preparers and Users**. New York. 2006. ISBN: 1-931949-63-8.

LAUREANO, Raúl; PONTES, Sérgio – **Relato Financeiro Diferenciado: Tendências da Investigação**. [Em linha]. Prémio Professor Doutor Rogério Fernandes Ferreira 2014. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. [Consult. 26 dez. 2015]. Disponível em: <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/rlaureanoesergiop.pdf>.

MARTINS, Carlos e SILVA, Eduardo – **Sistema de Normalização Contabilística (SNC)**. Documentos de Trabalho n.º 20. [Em linha] Porto. 2011. [Consult. 26 dez. 2015]. Disponível em: http://www.uportu.pt/siaa/Investigacao/WP_20_2011.pdf.

MOREIRA, Rafael; ENCARNAÇÃO, Luana; BISPO, Óscar; ANGOTTI, Marcello; COLAUTO, Romualdo – **A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas**. Revista Contemporânea de Contabilidade. Vol.10, N.º 19. Florianópolis. 2013. Pág. 119 – 140.

MOREIRA, José – **O SNC – Sistema de Normalização Contabilística e a Qualidade da Informação Financeira: Consequências (Esperadas) do Uso do Justo Valor**. Porto. Vida Económica. 2010. ISBN: 978-972-788-374-5.

- NASCIMENTO, Vera – **Resistência à Mudança e Cinismo em Relação à Mudança: Análise numa Amostra de Jovens.** Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). 2012. Dissertação de Mestrado.
- NUNES, Lénia – **A Contabilidade Financeira como Sistema de Informação.** Coimbra. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. 2013. Relatório de Estágio para Mestrado.
- OLIVEIRA, Joana – **Estudos de validação da Escala de Desejabilidade Social – DESCA.** Coimbra. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Coimbra. 2013. Dissertação de Mestrado.
- OLIVEIRA, Maria – **Projeto de Internacionalização de uma Microempresa Portuguesa: O caso Tagus Pharma.** Lisboa. Instituto Universitário de Lisboa. ISCTE Business School. 2010. Projeto de Mestrado.
- PERSSON, Elin e SCHOPS, Franziska – **Determinants of Voluntary Audit in Micro-Entities. A qualitative study of micro-entities in Skelleftea.** Umea School of Business and Economics, Umea University. 2012. Master in Accounting.
- PINHEIRO, Mário e LOPES, Ilídio – **A Qualidade da Informação Contabilística Antes e Após a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: O Caso Português.** Lisboa: Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – Contabilidade e Gestão n.º 13. Novembro 2012. Pág. 9-48.
- PONTES, Sérgio – **Relato Financeiro Diferenciado. Determinantes e a Necessidade de Normalização Internacional.** Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). 2013. Tese de Doutoramento.
- PONTES, Sérgio – **Alterações ao normativo contabilístico a entrar em vigor em 2016.** Formação Eventual da Ordem dos Contabilistas Certificados. Santarém. Outubro 2015.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc – **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Tradução João Marques, Maria Mendes e Maria Carvalho. Revisão Científica Rui Santos. 2ª ed. Gradiva. Lisboa. 1998.
- RICHARDT, Bodo – **Dar voz aos contabilistas que trabalham com as PME.** Entrevista dada à OTOC. Revista TOC, n.º 184. Julho. Lisboa. 2015a. Pág. 7-11

- RICHARDT, Bodo - **Transformar Informação em Conhecimento**. Conferência da EFAA. Revista da OTOC n.º 184. Julho. Lisboa 2015b. Pág. 12-16
- RODRIGUES, Fernando e PIRES, Amélia – **As Características do Tecido Empresarial Determinam Necessidades Específicas e Definem um Utilizador Padrão para a Informação Financeira: Evidência Empírica**. XXI Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica, Córdoba – Espanha. 2011. ISBN 978-84-86785-04-8
- ROSA, Sérgio – **A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2013. Tese de Douramento.
- RUA, Roberto - **Perdas por Imparidade em Dívidas a Receber e Características Empresariais: uma análise do caso português**. Porto. Faculdade de Economia do Porto. Universidade do Porto. 2012 Dissertação de Mestrado.
- SANTOS, Mónica – **A Relevância e Utilidade das Demonstrações Financeiras – A Perceção dos gestores das PME**. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2014. Dissertação de Mestrado.
- SANTOS, Paula – **A importância da informação contabilística para a gestão das microempresas portuguesas**. Lisboa. 2009. Trabalho não publicado.
- SERRASQUEIRO, Zélia - Influência dos proprietários e/ou gestores nas decisões de financiamento das PME. In **Gestión Científica Empresarial: Temas de Investigación Actuales**. Coruña: Netbiblo, J.M.B. Fernandez, J.A.D. Castro, B.B. Fernandez Barreiro, E.R. Sanmartin, F.L. Pérez (eds.), 2003. ISBN: 84-9745-051-5. Pág. 335-349.
- SERRASQUEIRO, Zélia; NUNES, Leonor – **A Informação Contabilística na Tomada de Decisão dos Empresários e/ou Gestores:Um estudo sobre pequenas empresas**. X Congresso de Contabilidade. 2004.
- SILVA, Daniel; MIRANDA, Luiz; FREIRE, Deivisson; ANJOS, Luiz – **Para que serve a informação contábil nas micro e pequenas empresas?** Revista Contemporânea de Contabilidade, V.1, N.º 13. Florianópolis. 2010. Pág. 89-106.
- TAVARES, Armando – **O processo de normalização contabilística na União Europeia**. Revista TOC, n.º 182. Lisboa. 2015. Pág. 50-53

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE DEVELOPMENT (UNCTAD)
- **Accounting by small and medium-sized enterprises.** [Em linha]. Abril 2000.
TD/B/COM.2/ISAR/9. [Consult 17 dez. 2015]. Disponível em:
<http://unctad.org/en/docs/isa17d9.pdf>.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE DEVELOPMENT (UNCTAD),
The South African Institute of Chartered Accountants - **Accounting and financial
reporting needs of SMEs.** [Em linha]. Outubro 2013. [Consult 17 dez. 2015].
Disponível em:
http://unctad.org/meetings/en/Presentation/ciisar30_WS1_SAAShah_en.pdf.

VALADAS, Sandra; GONÇALVES, Fernando – Aspetos **Metodológicos do
Inquérito por Entrevista.** [Em linha]. Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
2013. [Consult 17 dez. 2015]. Disponível em:
<http://www.aeeens.uevora.pt/docs/SVFG.pdf>.

YIN, Robert – **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos.** Tradução Cristhian
Matheus Herrera. 5ª Edição. Bookman. Porto Alegre. 2015. ISBN 978-85-8260-231-
7.

Legislação

Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro. **Diário da República n.º 173** – II Série. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 17 dez. 2015]. Disponível em: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Aviso_15652_2009_EC.pdf.

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS [Em linha]. [Consult. 17 dez. 2015] Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2339&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=.

Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro. **Diário da República n.º 213** – I Série A. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 17 dez. 2015] Disponível em: http://www.iapmei.pt/resources/download/dl_372_2007.pdf.

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. **Diário da República n.º 133** – I Série A. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 17 dez. 2015]. Disponível em: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/DL_158_2009_13Jul_SNC.pdf.

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. **Diário da República n.º 48** – I Série A. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 17 dez. 2015]. Disponível em: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Decreto-Lei_36A_2011_09Mar.pdf.

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. **Diário da República n.º 106** – I Série. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 17 dez. 2015]. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2339&tabela=leis&nversao=.

DIRECTIVA 2009/49/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 18 de junho de 2009. [Em linha]. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32009L0049>.

Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Diário da República n.º 163 – 1 Série. [Em linha]. Lisboa. Pág. 3661-3661. [Consult. 17 dez. 2015]. Disponível em: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Lei_20_2010_23Ago.pdf.

Lei n.º 35/2011, de 2 de setembro. **Diário da República n.º 171** – I Série A. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 17 dez. 2015]. Disponível em: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Lei_35_2010_03Set.pdf.

Recomendação 2003/361/CE da Comissão, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas [Jornal Oficial L 124 de 20.05.2003]. [Em linha] [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:n26026>.

APÊNDICE 1: Guião da entrevista

Caracterização da empresa:

1. Setor de atividade
Indústria (produção de bens)
Comércio
Prestação de serviços
Outro
2. Início de atividade
3. Número médio de funcionários
4. Volume de negócios (ano anterior)
5. Total de ativo

Perfil do inquirido

6. Cargo/Função
7. Idade
8. Habilitações literárias
9. Área de formação
10. Experiência profissional em funções de gestão semelhantes à desempenhada atualmente

Informação contabilística

11. Quem são os utilizadores da informação financeira (Balanço, Demonstração dos Resultados e Anexo)?
12. Considera a informação financeira importante? Porquê?
13. Na tomada de decisões, utiliza a informação financeira (Balanço, Demonstração dos Resultados)?
14. Qual a demonstração financeira que atribui maior importância?
15. Em 2010, houve a mudança de normativo contabilístico, a percebeu-se dessa alteração?
16. Na sua opinião, acha que essa mudança foi útil? Porquê?